

Associação de Proteção e Assistência aos
PAC ondenados em Criciúma – SC.
A função social e (re)socializadora da prisão

A Associação de Proteção e Assistência aos PAC Condenados em Criciúma – SC.

A função social e (re)socializadora da prisão

Trabalho Final de Graduação I, para obtenção do grau de formação no curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Acadêmica: Gabriela Bertier Zanoni
Orientadora: Stela Maris Ruppenthal

Criciúma, Junho de 2019



TEMA:

Arquitetura Prisional

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura penal. Re(socialização). Educação prisional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me ajudado a chegar até aqui.

A minha orientadora, Stela Maris Ruppenthal, pelo interesse e dedicação na orientação deste trabalho.

Aos outros professores, que compartilharam o seu conhecimento ao longo do curso.

A àqueles que me proporcionaram experiências profissionais durante esses anos.

As amigas que tiveram ao meu lado e compartilharam esse momento comigo.

Aos meus familiares e namorado, que me apoiaram durante todo o curso.

“Não existe pior prisão do que uma mente fechada”

João Paulo Borges

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO

CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNMP - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CNPP - CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

CONSEJ - CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADOS DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

CP - CÓDIGO PENAL

CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

CRF - CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO

CSS - CONSELHO DE SINCERIDADE E SOLIDARIEDADE

DEAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

DEPEN - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

FBAC - FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDEN

FUNPEN - FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INFOPEN - LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS

LEP - LEI DE EXECUÇÃO FEDERAL

MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

SEPASC - SERVIÇO DE PASTORAL CARCERÁRIA

TJMG - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a implantação de uma APAC com o objetivo de promover a humanização no sistema prisional, na cidade de Criciúma. A proposta é desenvolver o anteprojeto de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), contribuindo para uma melhor atuação dos estabelecimentos penais, constituindo um local de fácil acesso.

O trabalho foi desenvolvido em seis capítulos. O primeiro capítulo, nomeado introdução, será apresentado a problemática e justificativa do tema, assim como os objetivos e a metodologia do trabalho.

No segundo capítulo, a fundamentação teórica, está dividido em “a história do penitenciário” onde foi feito o estudo a história no mundo e no Brasil; a “classificação dos estabelecimentos penais” de acordo com o Conselho Nacional de Justiça; e a “o que é APAC” fundamentando a mesma.

O capítulo 3, traz uma contextualização do sistema prisional no mundo, no Brasil, em Santa Catarina e no município de Criciúma, respectivamente. Relata-se as visitas realizadas a penitenciária sul e ao Serviço de Pastoral Carcerário de Criciúma, assim como a APAC de Porto Alegre.

O quarto capítulo, aborda-se sobre o espaço penal, sua relação com a cidade, como o espaço público e com o espaço arquitetônico. Estuda-se as normas básicas da arquitetura penal.

No quinto se trata sobre a análise de referenciais arquitetônicos. No capítulo 6 é a apresentação do partido arquitetônico.

E por fim, as considerações finais do trabalho, seguido pelas referências bibliográficas, que deram suporte ao desenvolvimento do trabalho.

SUMÁRIO

01 INTRODUÇÃO p.15

- Probleática
- Função social dos estabelecimentos penais
- Justificativa
- Objetivos
- Metodologia

02 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA p.26

- A história do penitenciário
- Evolução penal e tipologias arquitetônicas
- Classificação dos estabelecimentos penais
- O que é a APAC

03 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL p.46

- Sistema Penitenciário no Mundo
- Sistema Penitenciário no Brasil
- Sistema penitenciário Santa Catarina
- Situação do sistema penitenciário em Criciúma
- Visitas a Penitenciária Sul em Criciúma -SC
- Visitas a SEPAC, em Criciúma - SC
- Visitas a APAC, em Porto Alegre - RS



ESPAÇO PENAL

04

p.58

- Espaço penal e o espaço urbano
 - Espaço penal: espaço público e espaço privado
 - Espaço penal e o habitar
- Espaço penal e o espaço arquitetônico
 - Diretrizes penais

REFERENCIAIS

05

p.68

- APAC Santa Luzia - MG
- APAC Nova Lima - MG

PARTIDO ARQUITETÔNICO

06

p.74

- Contextualização do recorte
- Diretrizes e ações de projeto
- Contextualização da proposta
 - Programas de necessidades
 - Estudo de zoneamento
 - Plantas e cortes
 - Conforto ambiental
- Volumetria

01 INTRODUÇÃO



A atual situação do sistema prisional brasileiro, é uma problemática em todo o país, a população encarcerada é muito grande e excede o número de vagas existentes. Os estabelecimentos penais são projetados especialmente para abrigar indivíduos em desacordo com a lei, passando esses por um processo de (re)socialização, que visa a recuperação moral do detento, essa é a função social do espaço penitenciário, mas não é o que encontramos na realidade, mesmo com a flexibilidade das diretrizes básicas para a elaboração de projetos arquitetônicos, os estabelecimentos penais ainda são vistos como “depósitos de pessoas”.

Mas hoje, por lei, os detentos possuem direitos, que muitas vezes não são atendidos, tais como os descritos no

Art.41 da Lei de Execução penal (LEP), que prevê: atribuição de trabalho e sua remuneração; o exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes, entre outros.

O desenvolvimento do tema parte da situação do atual modelo arquitetônico prisional, que surge de uma evolução histórica, e do entendimento da função social dos estabelecimentos penais.

PROBLEMÁTICA

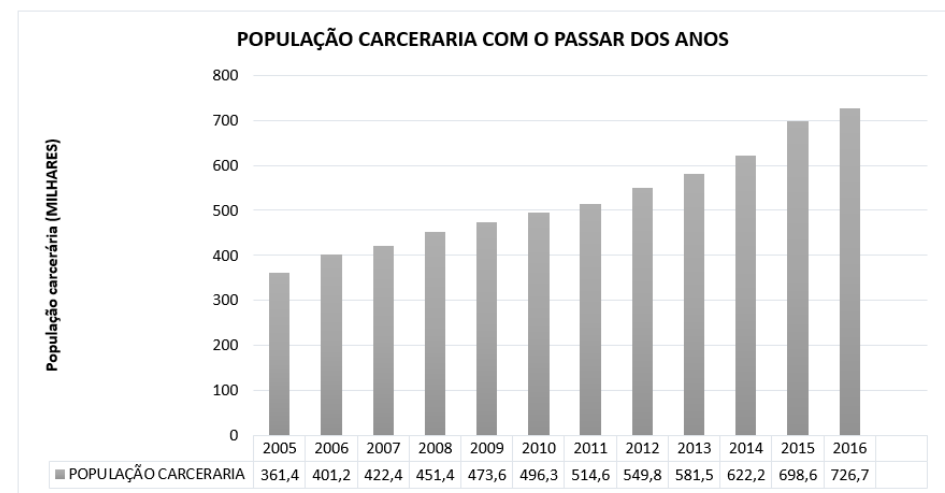
A situação do sistema penitenciário no Brasil é um problema que vem se agravando de forma crescente. A população carcerária vem crescendo e o número de vagas nos estabelecimentos penais não acompanham esse crescimento. Os presídios e penitenciárias se apresentam como grandes “depósitos de apenados”, tornando-se ambientes insalubres devido a superlotação. A superpopulação carcerária gera uma série de problemas sociais, que vão desde rebeliões e sobretudo a perda de dignidade do apenado, fazendo com que o mesmo não se recupere e que após a liberdade volte a reincidir no crime, gerando um ciclo vicioso.



De acordo com o último levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), nos últimos dez anos a população encarcerada

quase dobrou, passando de 401,2 mil para 726,7 mil, de 2006 a 2016. Assim como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 – Evolução da População Carcerária No Brasil



O total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016, quase o dobro do número de vagas, no mesmo período. De acordo com o departamento penitenciário Nacional (DEPEN), hoje 89% da população prisional está em unidades superlotadas e 78% dos estabelecimentos penais têm mais presos que o número de vagas.

O total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016, quase o dobro do número de vagas, no mesmo período. De acordo com o departamento penitenciário Nacional (DEPEN), hoje 89% da população prisional está em unidades superlotadas e 78% dos estabelecimentos penais têm mais presos que o número de vagas.

O ex-ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann (2018), afirmou que o atual nível de crescimento da população carcerária do Brasil é "insustentável" e que "é preciso encarar" a situação. O ministro afirma:

Um dado que me preocupa muito é o que está acontecendo com o sistema penitenciário. Em 1990, nós tínhamos 90 mil presos. Hoje são 726 mil. Nós temos a terceira maior população carcerária do mundo. As duas primeiras, Estados Unidos e China, estabilizaram. Continuamos crescendo a uma ordem de 7%. Disse, citando dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) Segundo o relatório, divulgado em dezembro de 2017, o déficit de vagas do sistema é de mais de 358 mil. (15/05/2018)

Deve-se destacar que o número da população carcerária, no dizer do ex-ministro, considera percentuais em relação à população em geral.

Além dos estabelecimentos penais já estarem lotados, a reincidência¹ no crime é muito grande. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Brasil um a cada quatro detentos ex-condenados, volta a

cometer algum tipo de delito. Além disso, segundo o conselho cerca de 70 a 80% da população carcerária no país reincide no crime, número muito expressivo, que hoje questiona a função social dos estabelecimentos penais no país.

Hoje, estima-se que o custo da manutenção de um preso no país, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seja de R\$ 2.400 reais, considerando que o sistema prisional no Brasil atende 726.712 detentos, o montante gasto hoje por ano R\$ 20.929.305 reais. Esse elevado valor não reverte em benefícios, tanto para o apenado como para a sociedade, pois como já mencionado as prisões não estão cumprindo sua função, qual seja: punir e (re)socializar.

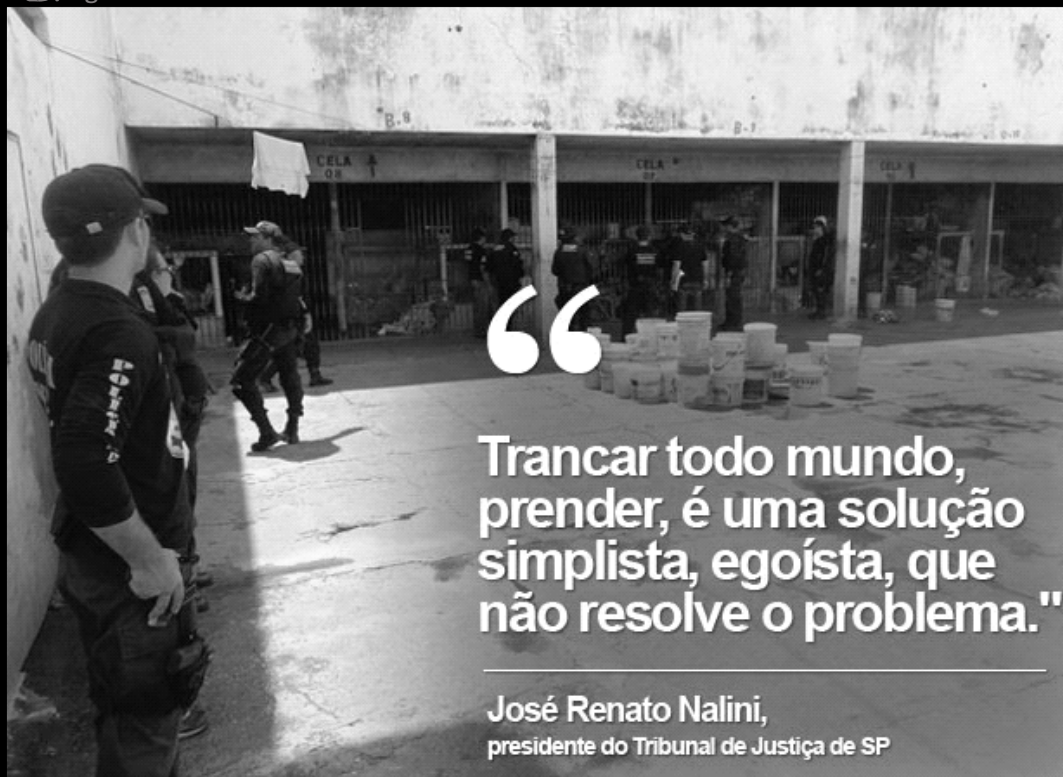
A Penitenciária Sul Masculina em Criciúma, assim como em grande parte do país, possui detentos a mais que sua capacidade, são 660 vagas e abriga 752 detentos, ou seja, 92 presos além de sua capacidade, problema que tente a aumentar.

Portanto hoje o principal problema do sistema prisional, é a ausência da (re)socialização, bem como o ciclo vicioso existente que faz aumentar a população carcerária, o que nos leva a questionar a função social dos estabelecimentos penais.

¹Reincidência: De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), a reincidência é quando a pessoa possui mais de uma condenação.

FUNÇÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO PENAL

(C)Figura 02



Fonte:g1.globo.com

PUNIR:

Ato de punir, punição de crimes e delitos. Através da restrição de liberdade.

(RE)SOCIALIZAR:

Socializar-se novamente, voltar a fazer parte de uma sociedade. Voltar a possuir um convívio social

O atual sistema prisional não (re)socializa. As políticas de repressão e exclusão não trazem resultados efetivos na diminuição da criminalidade.

JUSTIFICATIVA

Os estabelecimentos penais brasileiros, de uma maneira geral, não conseguem promover aos detentos a (re)socialização. O que tem-se observado é que a questão da superlotação e as péssimas condições de vida e de higiene dos presos, dentre outros fatores, contribuindo para que esses estabelecimentos sejam ineficazes e não atendam a Lei de Execução Penal (LEP).

O que deveria ser um centro de (re)socialização de criminosos, se tornou uma "universidade do crime".

Para que o sistema prisional cumpra sua função social é necessário buscar outras alternativas para punir e ressocializar o apenado.

É preciso conceder a pessoa presa o acesso a meios e formas de sobrevivência que lhe proporcionem as condições de que precisa para reabilitar-se moral e socialmente.

Hoje, o ambiente prisional é um local extremamente hostil e propenso a violência. Danos psicossociais² podem ser atribuídos ao indivíduo preso, pois ele é submetido a condições extremas, vive muitas vezes sob condições desumanas, colocados em celas sujas, insalubres, superlotadas, perdendo o direito de individualidade e intimidade. Devido a esses fatos são submetidos a estresse, onde convivem com a violência sendo expostos a influência de outros detentos de maior periculosidade, sofrendo com a morosidade³

do sistema penal, aguardando por anos pelo julgamento de seus delitos.

Desta forma o indivíduo deixa de acreditar na justiça e no Estado, e esse sentimento influencia diretamente em seu comportamento, de tal forma que se sente perseguido e indigno. Em vez de reconhecer seu erro, procura formas para se defender do Estado, e acaba ingressando cada vez mais na criminalidade. Ou seja, o ambiente prisional não recupera o detento, não cumpre seu objetivo de (re)socialização, contribuindo para o agravamento do problema da criminalidade e reincidência criminal.

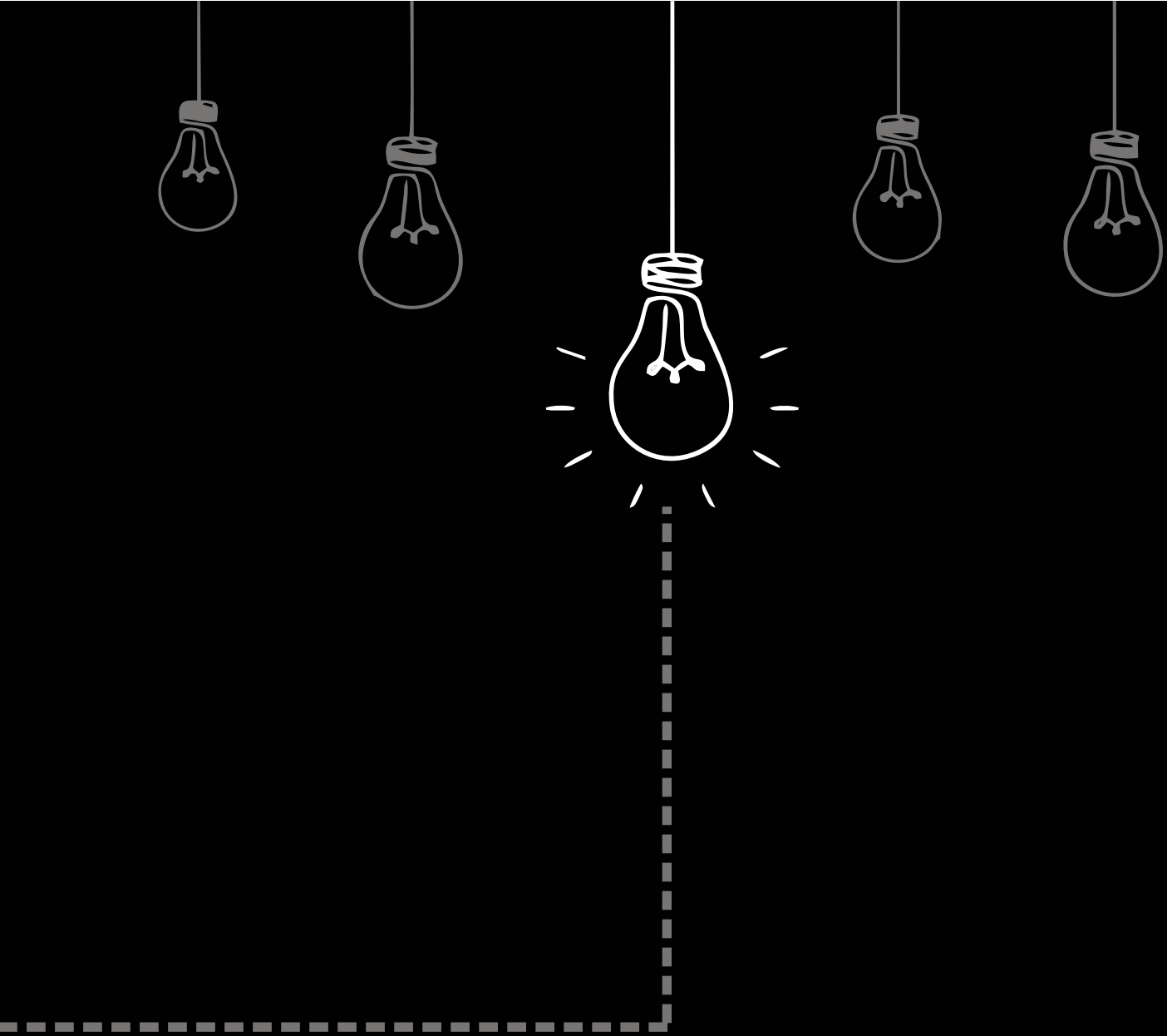
Portanto a (re)socialização é incompatível com o atual sistema prisional, que está falido.

Há a necessidade de refletir sobre a Função Social de tais espaços para que, a partir daí, se possa avaliar como projetar unidades que sejam voltadas efetivamente ao cumprimento dos objetivos da lei.

Com o objetivo de promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, com o propósito de evitar a reincidência no crime, foi criada a APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, fundada em 1974, com intuito de auxiliar o Estado a missão de regenerar a pessoa presa e torna-la apta a viver em sociedade após o cumprimento da pena.

²Psicossociais: crescimento psicológico ocorre através de estágios e fases, não ocorre ao acaso e depende da interação da pessoa com o meio que a rodeia.

³Morosidade: estado ou condição do que é moroso; demora, delonga



OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Desenvolver um anteprojeto arquitetônico da APAC masculina, no município de Criciúma –SC.

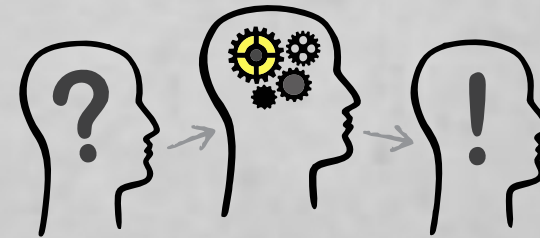
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a função social do sistema prisional;
- Conhecer o funcionamento do sistema penitenciário e as oportunidades educativas existentes;
- Estudar sobre a importância da humanização dentro dos estabelecimentos penais;
- Identificar as principais carências dentro do sistema, referentes ao processos de (re)socialização;
- Estudar a legislação pertinente;
- Aplicar os conhecimentos do estudo para o desenvolvimento da proposta arquitetônica;

METODOLOGIA

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Elaboração de uma fundamentação teórica dos principais temas estudados: a história do penitenciarismo, a evolução da arquitetura penal, classificação dos estabelecimentos penais e a função social dos mesmos. Assim como o funcionamento da APAC no Brasil, seus métodos, e sua principal diferença com sistema convencional.



CONTEXTUALIZAÇÃO

A contextualização do trabalho será feita em escala nacional, mostrando o sistema prisional no Brasil, estadual, e no município de Criciúma, elencando as medidas socioeducativas existentes.

Para melhor contextualização do tema foram realizadas visitas no Serviço de Pastoral Carcerário (SEPASC) de Criciúma, a Penitenciária Sul masculina da cidade, bem como na APAC Masculina de Porto Alegre na intenção de compreender melhor esse espaço penal.

ESPAÇO PENAL

Será feito uma relação entre o espaço penal e espaço urbano, relacionando juntamente o espaço público e privado. E as diretrizes penais, que influencias na composição do espaço arquitetônico.

REFERENCIAIS

Pesquisa e análise de projetos arquitetônicos das APACs, quanto ao uso do espaço, setorização e estratégias para a minimização da sensação de encarceramento. O que será a base para a elaboração do programa de necessidades e o lançamento do proposta do partido.

PARTIDO ARQUITETÔNICO

A elaboração da contextualização urbana será feita a partir de pesquisa e elaboração de mapas. A proposta será elaborada a partir do lançamento de diretrizes da arquitetura penal, intenções de projeto e o programa de necessidades. Apresentação de desenhos técnicos e perspectivas em nível de partido para o entendimento da proposta.

02 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

● A HISTÓRIA DO PENITENCIARISMO

A punição surgiu com o nascimento da humanidade, com o início dos primeiros grupos sociais, quando o homem deixou de ser nômade e se torna sedentário e enxerga a necessidade de criar regras para o convívio em sociedade, convívio esse que deu início às primeiras aldeias e posteriormente às cidades, atual cenário dos conflitos sociais. Então o homem adquire a percepção de atos, que prejudicam a ordem social.

IDADE ANTIGA

Séc. VII a.c - V d.c

Não existia um código de regulamento social efetivo, o cárcere não possuía um caráter de pena e sim garantia o domínio físico do encarcerado. Os locais que serviram como encarceramento, eram desde calabouços a ruínas, lugares esses insalubres, sem iluminação e sem condições de higiene, condição essa que fazia com que os presos morressem antes mesmo de serem julgados e condenados.

A privação da liberdade, vem atrelada a injúria moral e física, junto a uma dose de suplício que acompanha a humanidade desde sua organização básica em grupo. O suplício, como bem nos explica Foucault:

É uma pena corporal, marcado por esquartejamento, amputação de membros, marcas simbólicas no rosto e uma exposição do condenado vivo ou morto a um dado espetáculo em praça. Era definida como fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade. (FOUCAULT, Michel - Vigiar e Punir, Editora Vozes, 20. Edição, 1987, página 12)

Mas nessa época já havia uma corrente de filósofos como Sêneca, Crísipo de Solo e Anaximandro que defendiam que deveria ser atribuída uma finalidade pedagógica às penas.

IDADE MÉDIA

Entre os anos de 476 até 1453

Caracterizou-se pela economia feudal e a supremacia da Igreja Católica. As leis eram transmitidas oralmente, privilegiando a vontade do Senhor Feudal. Neste período, cárcere era apenas um local de custódia para conservar, aqueles que seriam submetidos a castigos corporais ou à pena de morte.

Neste mesmo período também, temos o surgimento de dois tipos de encarceramento:

Cárcere do Estado	→	Era destinado aos clérigos insubmissos.
Cárcere do Eclesiástico	→	Era destinado ao restante da população.

Sobre a questão de gênero, não existia distinção entre homens e mulheres na aplicação de castigos e penas

A igreja fazia da punição um castigo espiritual. Neste momento surge o termo “penitenciária,” que tem precedentes no Direito Penal Canônico. Direito esse onde a igreja reivindicava um poder de coação.

Surge então as prisões canônicas, que eram exclusivamente para membros do clero, a população encarcerada ainda sofria com a insalubridade.

IDADE MODERNA

Entre os anos de 1453 até 1789

Período de transformação da organização social Feudal para a constituição do estado moderno com o desenvolvimento de modelos políticos, econômicos e sociais sob lógica do capitalismo.

A idade moderna é marcada a princípio pela monarquia absolutista. Não existia necessidade de explicar as punições, nem as condutas puníveis, aos indivíduos encarcerados. Questionar essas punições seria o mesmo que questionar a própria soberania do rei.

No século XVIII ocorreram duas passagens significativas que influenciaram a História das prisões:

→ **O nascimento do iluminismo**, com suas ideias de liberdade econômica e política, estavam se difundindo muito rápido e estava questionando o atual regime.

→ **E as dificuldades econômicas**, que afetavam a população pobre, que passou a cometer muitos delitos, roubavam para comer, a miséria era muito grande, e a quantidade de encarcerados só aumentava.

Como a pena de morte e o suplício não respondiam mais aos anseios da justiça, surgindo então a pena privativa de liberdade, como uma grande invenção que demonstrava ser o meio mais eficaz de controle social.

IDADE CONTEMPORÂNEA

Entre os anos de 1789 até os dias atuais

As particularidades históricas foram possibilitando o atual modelo do sistema penal. Todos os acontecimentos foram condicionando a uma nova concepção de punição, até o principal marco na evolução desse sistema, que foi a queda do suplício, fato que gerou uma mudança radical no sistema.

A partir dessa nova concepção, a prisão deixou ter como objeto a punição física, visando agora atingir também a alma do infrator. A punição passou a constituir-se em um método e uma disciplina.

Com o passar do tempo eliminou-se da prisão, o seu caráter de humilhação moral e física. A lei penal passou a propor uma função de prevenção do delito e da readaptação do criminoso.

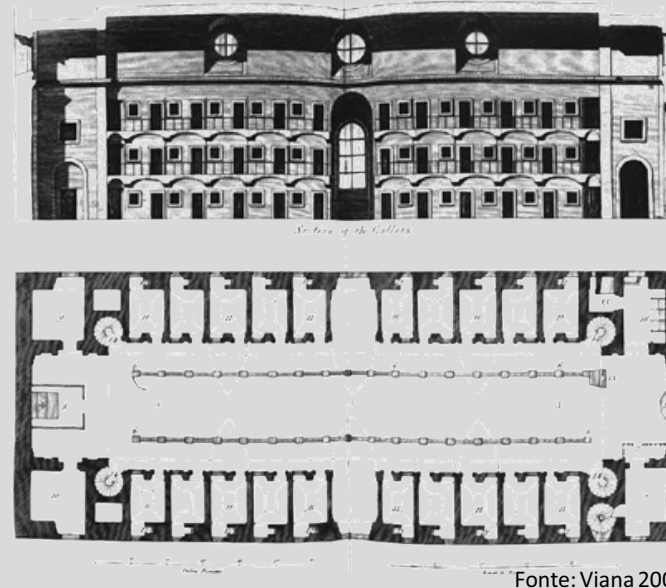
A prisão passa a fundamentar-se teoricamente no que hoje, que é privar o indivíduo de liberdade para que ele possa aprender através do isolamento, para levá-lo a refletir sobre seu ato criminoso, tornando então o reflexo mais direto de sua punição.

EVOLUÇÃO PENAL E SISTEMAS PRISIONAIS NO MUNDO

Como primeiro modelo de prisão que tivemos, foi a canônica, que era improvisadas no interior dos monastérios e exclusivamente usada para a esfera clerical, não existiu um modelo, nesse período a preocupação era mostrar à população que os membros da igreja também eram punidos, já que a imagem da instituição estava ruim perante a sociedade. Com o passar do tempo, devido ao aumento do número de encarcerados eles locais passaram a abrigar presos comuns, fazendo com que essa prisão canônica passa a ter um espaço arquitetônico destinado à função exclusiva de aprisionamento, com múltiplos pavimentos, inclusive subterrâneo. Nesse período a primeira instituição penal, foi o hospício de San Michel, em Roma.

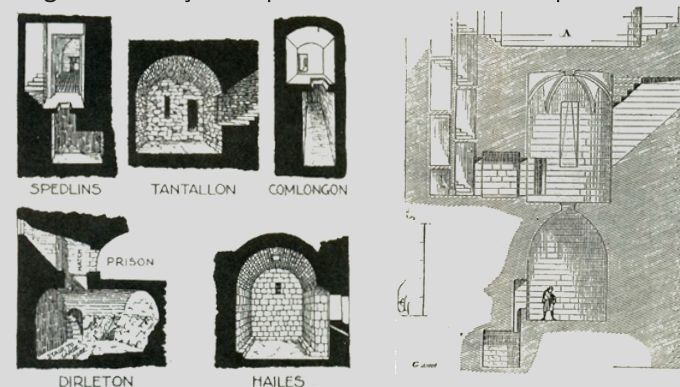
Nesses edifícios, as condições de aprisionamento e locais de alojamento eram definidos de acordo com a gravidade da pena. Quando mais grave a infração pior seriam as condições do alojamento e de salubridade. Os níveis superiores possuíam algum tipo de iluminação e ventilação naturais, o que não existia nos níveis abaixo, e suas aberturas eram somente no teto, por onde se dava o acesso aos presos por escadas, quando essas não existiam o acesso era com cordas. Em algumas edifícios pode existir a presença de alguns shafts de ventilação e até a presença de latrinas rudimentares.

Figura 04-Prisão Papal San Michele, Planta e Seção Longitudinal.



Fonte: Viana 2009

Figura 05- Seções esquemáticas nível inferior de prisões



Fonte: Viana 2009

Figura 6 - House of Carrection



Fonte: Viana 2009

Entre os anos de 1500 à 1552, surgiu a primeira edificação criada com a finalidade exclusiva de abrigar criminosos para cumprimento de pena, a House of Carrection, construída em Londres. Mas o modelo com o tempo foi mostrando muitas deficiências funcionais e foi sofrendo reformas, com o passar do tempo.

Eram submetidos a House of Carrection indistintamente, criminosos, mendigos, prostitutas, órfãos, que não tivessem uma proteção masculina, e qualquer pessoa que fosse incapaz ou representasse algum risco para a sociedade, sendo homens, mulheres ou até crianças.

Durante o século XVI, começaram os relatos da falência dos modelos prisionais da época. Surge então outra importante publicação a respeito das condições a que eram submetidos os presos, a obra “Visita a la Carcél y los presos”, de Credán Tallada (1875 apud VIANA,2000), que trouxe discussões e propostas interessantes que fundamentariam uma grande mudança na arquitetura prisional, tais como: a separação dos presos por sexo, pela gravidade dos delitos, por classe social e nível de periculosidade. Esses critérios passaram a influenciar na estrutura física das unidades prisionais, como o tamanho das celas, capacidade, necessidade de iluminação e ventilação. Além disso, outros ambientes começaram a compor esses espaços penais, como salas de inquirição (tortura), sala para oração e um pátio para banho de sol.

A prisão nesse momento representa uma alternativa de recuperar o criminoso, pela mudança de sua moral e índole, já que indivíduo passava a temer outra punição, desencorajando a sociedade a cometer delitos. A recuperação do preso era feita através da resignação, pelo isolamento social.

SISTEMAS PRISIONAIS AO LONGO DA HISTÓRIA

PANÓPTICO

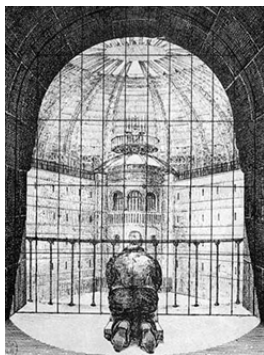
O Panoptismo foi um sistema implantado no século XIX, baseado na vigilância de vários pontos de vista. Sua arquitetura tinha como papel de transmitir ao detento sua inferioridade.

O modelo, possui pavilhões moldados perifericamente, compostos de celas individuais que atravessam toda a extensão da construção. As celas possuíam duas janelas uma voltada para o pátio interno, no interior do edifício e a outra voltada para o exterior da edificação, o que possibilita a entrada de luz natural, que mantém o ambiente mais saudável e facilita a vigilância, já que no pátio central tinha uma torre, que possuía uma visibilidade de todas as celas, criando um sensação de constante vigilância.

Esse modelo possibilita uma nova fase do sistema carcerário, onde a arquitetura se transforma em um elemento centralizador da própria pena, sendo utilizada como um instrumento de impor regra de comportamento. Esse modelo inspirou o projeto arquitetônico de inúmeras prisões, fábricas, asilos, hospitais e escolas.

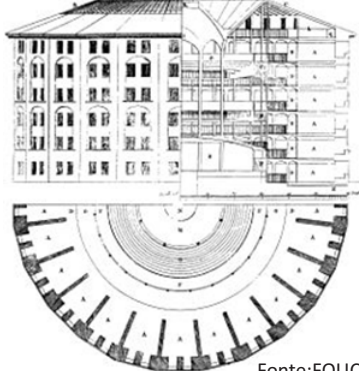
Apesar do modelo nunca ter sido executado, ele serviu como base para a criação de diversos sistemas de prisionais, tais como o Filadelfico (ou Pensilvânico) e o Auburniano, os quais serão descritos a seguir.

Figura 07-Torre de vigilância.



Fonte:FOUCAULT

Figura 08-Modelo Panóptico



Fonte:FOUCAULT

FILADELFICO OU PENSILVÂNICO

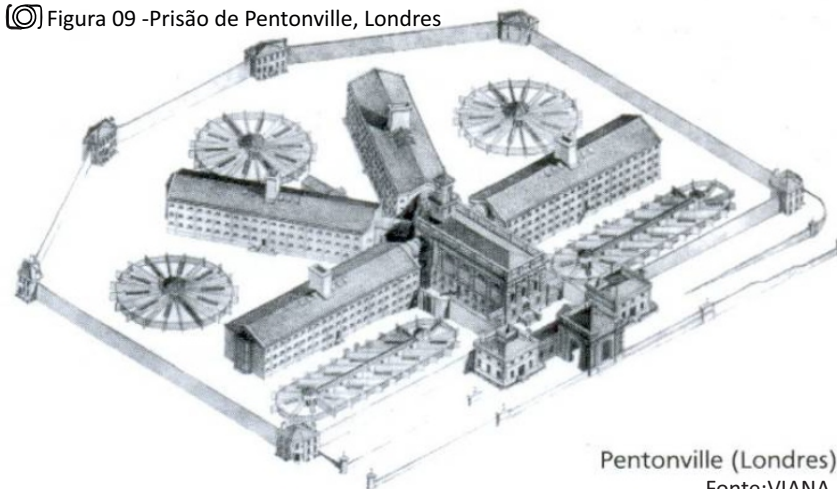
Esse sistema foi criado por Willian Penn no século XVIII na cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos. O sistema tem como base a reclusão total do preso, ou seja, seria isolado durante todo período de sua condenação, não tendo relação com pessoas.

A tipologia arquitetônica, possuía um planta radial, com uma grande círculo central da onde partem extensos corredores, os quais estão localizadas as celas individuais, dispostas lado a lado. O espaço entre os pavilhões possuíam função de pátios, destinados ao banho de sol.

O espaço arquitetônico tem a função de isolar o detento, como medida correcional, para o aprisionamento leve ao arrependimento, a reflexão e a reeducação só poderia ser realizada através da religião.

Foi um sistema muito utilizado nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, por ser considerado economicamente muito eficiente, e sua organização constitucional muito eficaz. Mas a relação disciplinar foi considerada falha já que o detento era muito isolado e existia um excessivo uso de violência e do silêncio.

Figura 09 -Prisão de Pentonville, Londres



Pentonville (Londres)
Fonte:VIANA.

AUBURNIANO

O sistema Auburniano surgiu em 1821, na cidade de Nova York, na prisão de Aubur. É uma evolução do sistema Filadélfico, no qual o detento era totalmente isolado e possuía uma classificação de acordo a reincidência. A grande diferença está na inclusão do sistema de trabalho, com o objetivo de recuperar o detento. O silêncio era algo muito presente, trabalhavam em período diurno, mas sempre em silêncio, a noite voltavam para suas celas individuais.

Arquitetonicamente o sistema era muito parecido com o Filadélfico, mas seu grande diferencial é que ele prevê a construção de espaços de convivência, destinado a desenvolvimento de atividades coletivas, criando um contato entre os detentos, mas não existe um contato social, com pessoas fora do sistema.

Esse sistema foi considerado um grande fracasso, devido ao isolamento total e a escuridão das celas, juntamente à rígida disciplina e ao regime de silêncio absoluto no trabalho, era impedida qualquer distração dos presos, que estavam sempre em estado de alerta.

Então após as mudanças disciplinares passa a ser aplicado no Estados Unidos com sucesso, já que os gastos com este tipo de sistema são relativamente baixos e a mão de obra barata dos detentos tornam a produção bastante lucrativa.

PROGRESSIVO

O sistema Progressivo, foi desenvolvido em 1840, e surge como uma reformulação dos sistemas anteriores. Mas traz drásticas mudanças como a observação criminológica e a aplicação da política da meritocracia, o preso com boa conduta ganha benefícios.

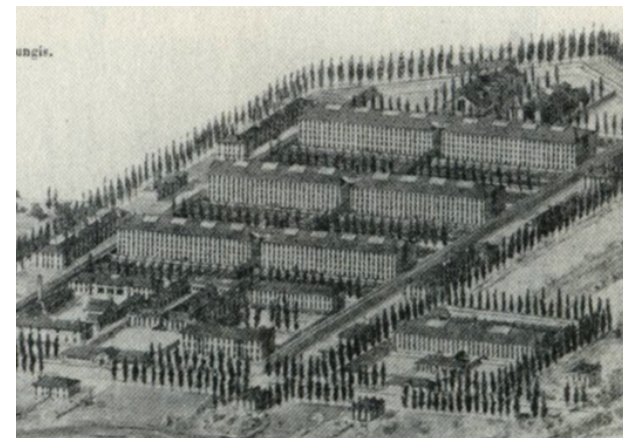
O modelo arquitetônico espinha de peixe, vai ao encontro com o sistema, criado em 1898, na França. O modelo previa a implantação de vários blocos celulares dispostos paralelamente, em torno de um eixo central. Esses blocos possuíam equipamentos comuns, como pátios, postos médicos, etc.

PAVILHONAR

Desenvolvido pelo arquiteto Alfred Hopkins em 1932, o sistema veio com intuito de evitar ou controlar rebeliões, pois isola o preso de acordo com seu crime e conduta.

O sistema ainda é usado hoje em dia, devido sua eficiência em segurança e organização espacial. Porém, sempre em está mudanças devido as modificações do código penal.

Figura 10-Prisão de Fresnes



Fonte: VIANA

Figura 11 - Sistema Pavilhonar, Youth Prison, EUA, 1968



Fonte: VIANA

EVOLUÇÃO PENAL NO BRASIL

Na evolução penal do Brasil, tivemos o livro V das Ordenações Filipinas no Reino, ainda no período colonial. Nesse livro estava estabelecido o território que serviria de presídio, aos degredados portugueses. A primeira prisão encontrada no Brasil foi a Casa de Correção, no Rio de Janeiro, em 1769.

Surge então o Código Criminal no Império do Brasil, juntamente com a implantação do sistema prisional brasileiro que só se tornou possível após a promulgação da Constituição de 1824.

Na época da primeira prisão no Brasil não existia separação de detentos por grau de delito e nem por serem réus primários ou reincidentes, que como já citado tornou-se prática a partir da Constituição de 1824. A Constituição também previa que as unidades fossem adaptadas para realizar atividades produtivas.

Em 1890, surge o Código Penal no país, que diversificou o tipo de pena e os tipos de estabelecimentos penais, classificando-os em cadeias, colônias marítimas, agrícolas e industriais.

A ideia de ressocialização no Brasil surge em 1935, com a criação do Código Penitenciário da República, que outorgou ao Estado não só o direito de punir mas também o de recuperar a detento. O atual Código Penal, foi criado em 1940, pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, em 1969 ocorreu a reforma desse Código Penal.

Todos esses códigos mencionados tiveram influência direta na forma de projetar o edifício prisional.

No Brasil hoje é adotado o sistema Pavilhonar devido sua eficiência em segurança e organização espacial. Mas a arquitetura penal está sempre sofrendo modificações.



CLASSIFICAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS NO BRASIL

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os estabelecimentos penais se dividem de acordo com alguns critérios, como grau de periculosidade dos detentos, o nível de segurança, o regime ao qual se submetem e o público ao qual se destinam. Os estabelecimentos penitenciários se enquadram em sete categorias classificadas pelo CNJ como:

- a) **Estabelecimentos Penais:** todos aqueles utilizados pela Justiça com a finalidade de alojar pessoas presas, quer provisórios quer condenados, ou ainda aqueles que estejam submetidos à medida de segurança;
- b) **Estabelecimentos para Idosos:** estabelecimentos penais próprios, ou seções ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos para adultos, destinados a abrigar pessoas presas que tenham no mínimo 60 anos de idade ao ingressarem ou os que completem essa idade durante o tempo de privação de liberdade;
- c) **Cadeias Públicas:** estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas em caráter provisório, sempre de segurança máxima;
- d) **Penitenciárias:** estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas com condenação à pena privativa de liberdade em regime fechado;
 - d.1) **Penitenciárias de Segurança Máxima Especial:** estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados exclusivamente de celas individuais;
 - d.2) **Penitenciárias de Segurança Média ou Máxima:** estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas com condenação em regime fechado, dotados de celas individuais e coletivas;
- e) **Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares:** estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena em regime semi-aberto;
- f) **Casas do Albergado:** estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena privativa de liberdade em regime aberto, ou pena de limitação de fins de semana;
- g) **Centros de Observação Criminológica:** estabelecimentos penais de regime fechado e de segurança máxima onde devem ser realizados os exames gerais e criminológico, cujos resultados serão encaminhados às Comissões Técnicas de Classificação, as quais indicarão o tipo de estabelecimento e o tratamento adequado para cada pessoa presa;
- h) **Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico:** estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas submetidas a medida de segurança.

Embora não esteja na classificação dos estabelecimentos penais, foi criada em 1974 APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, que está sendo difundida hoje pelo país.

HISTÓRICO DA APAC

A APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, surge através de estudos que começam no final do ano de 1972, na cidade de São José dos Campos no estado de São Paulo, um grupo de 15 católicos, dentre eles o advogado Mario Ottoboni, que viria a ser idealizador do método APAC. Foi nesse período que se iniciou os estudos sobre o sistema carcerário no Brasil, com o objetivo de desenvolver proposta que pudessem aliviar o sofrimento do detento. Nesse contexto, se chegou à conclusão de que a pena privativa de liberdade não vinha cumprindo a sua função (re)educativa.

A sigla institucional inicialmente significava, “Amando o próximo Amarás Cristo – APAC”, o que mostra a verdadeira intenção da instituição, reabilitar socialmente e moralmente essa parcela da população.

Assim a APAC é fundada em 1974, com intuito de auxiliar o Estado a missão de regenerar a pessoa presa e torná-la apta a viver em sociedade após o cumprimento da pena. Além disso, tem como objetivo promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, com o propósito de evitar a reincidência no crime.

Ainda em 1974, a APAC de São José dos Campos inicia um trabalho experimental com 100 (cem) presos no Presídio Humaitá, foi onde surgiu uma contrariedade entre os princípios da APAC e a metodologia do sistema prisional, enquanto a APAC desenvolve uma metodologia baseada na valorização humana do presidiário, estimulando a mudança comportamental, de sua família, de melhoria de vida do outro lado, a presença dos órgãos policiais dentro do presídio, muitas vezes despreparados e mal formados, atuando em sentido contrário, mostrando ao preso sua condição de marginalizado.

Até o ano de 1983, a APAC não possuía espaço físico próprio, e atuava como órgão auxiliador da justiça e da segurança na execução da pena. Neste momento a associação atuou na cadeia pública de São José dos Campos, com detentos que já vinham cumprindo suas penas, atendendo o regime semiaberto e aberto.

Com a reforma da cadeia pública de São José dos Campos, e após a recusa da polícia civil e polícia militar em administrá-la em face da precariedade de

MAPA MUNDI

suas instalações, a administração do estabelecimento foi cedido à APAC.

Em 1986, a APAC filiou-se à Prison Fellowship Internacional, órgão consultivo da ONU em assuntos penitenciários. A partir dessa data, o método passou a ser divulgado mundialmente por meio de congressos e seminários. Em virtude dessa associação e em função da eficácia do método, a metodologia APAC é hoje aplicada na Argentina, Austrália, Bolívia, Chile, Equador, Inglaterra, País de Gales, Alemanha, Letônia, Nova Zelândia e Estados Unidos.

No Brasil existem 43 cidades que são contempladas pela APAC, em 7 Estados: Maranhão, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Sendo que 36 dessas APACs estão no estado de Minas Gerais, já que o estado lançou um projeto em 2001 chamado “Novos Rumos na Execução Penal”, visando e objetivando a criação de novas APACs no Estado, como um alternativa para a humanização de estabelecimentos penais.



O QUE É A APAC

As APACs são associações, sem fins lucrativos, dedicadas à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. São amparadas pela Constituição Federal para atuarem nos presídios, e possuem seu Estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal.

Na prática, a APAC opera como entidade auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

QUAL O OBJETIVO?

Segundo o Manual do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (2009, p. 18), quanto o objetivo da APAC: “É promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar”.

Não se trata de beneficiar o apenado, mas de evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar e retornar ao convívio social.

QUEM PARTICIPA?

Para a consecução das finalidades da APAC, a participação da comunidade é essencial, não obstante seja um dos desafios, pois romper com os preconceitos demanda preparo da equipe de trabalho, incluindo os voluntários, para construir nova cultura a respeito do cumprimento das penas privativas de liberdade com vistas à recuperação e a reinserção do apenado na sociedade.

A união de esforços de todos os envolvidos, como o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Prefeitura, a comunidade e os voluntários é fundamental para o êxito do projeto

QUAL A METODOLOGIA DA APAC?

A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do condenado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também importante diferencial do método.

Na APAC os presos são corresponsáveis por sua recuperação e contam com assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica, prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos apenados, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades

Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, os apenados executam várias atividades, evitando a ociosidade.

QUAL A CAPACIDADE?

APACs são pequenas unidades, construídas nas próprias comunidades onde os recuperandos cumprem sua pena. São unidades idealizadas para receber no máximo 200 recuperandos

COMO SE MANTÉM?

A Associação se mantém através de doações de pessoas físicas, jurídicas, de parcerias e convênios com o Poder Público, instituições educacionais e outras entidades, da captação de recursos junto a fundações, institutos e organizações não governamentais, bem como das contribuições de seus sócios.

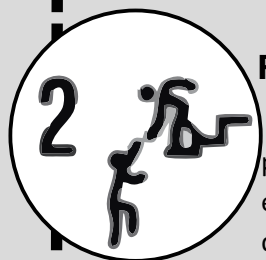
Diante do grande propósito da APAC e dos resultados que atinge, constitui empreendimento pouco oneroso para o Poder Público, sendo que atualmente um preso do sistema convencional custa em média para o Estado do RS dois mil reais mensais, enquanto que em uma APAC o valor é próximo a um salário mínimo mensal por recuperando (nome usado na APAC para se referir ao preso).

MÉTODOS APAC



PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A APAC tem como ponto de partida para seu funcionamento o trabalho e doações de voluntários. Os únicos assalariados são os da administração e equipe de segurança. Dentro do sistema APAC, a participação da comunidade é essencial para a recuperação do detento.



RECUPERANDO AJUDANDO RECUPERANDO

Diferentemente dos presídios comuns, nas prisões administradas pela APAC não há distinção entre tipos de presos. Se parte da ideia que todos os detentos são igualmente recuperandos, igualmente culpáveis por terem violado as normas da sociedade.

Acredita-se que o recuperando é capaz de compreender a situação do outro, sendo capaz de praticar os valores defendidos pela associação.

Assim sendo, são permitidas reuniões internas entre os presos, no denominado Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS), sem a participação de agentes, visando apresentar a administração do presídio possíveis melhorias a serem implementadas.



TRABALHO

O trabalho é fundamental para reintegração social do preso. Assim sendo, nas APACs, diferentemente dos presídios convencionais, o preso não tem a opção de não trabalhar, a não ser em casos específicos e

justificáveis, como problemas de saúde. Deve-se levar em conta que para diferentes regimes, existem diferentes propostas de trabalhos.

O regime fechado caracteriza-se pelo trabalho dentro da unidade, seja na cozinha, dependências e laborterapia orientada por psicólogos, geralmente constituído na produção de itens de artesanato, buscando-se atividades que incentivem o exercício intelectual e desenvolvimento do recuperando, em detrimento de atividades padronizadas e massificadas.

No regime semiaberto, o foco é profissionalização. Tem-se um meio termo entre trabalho interno e externo, além de permitir a saída do detento para fins educacionais.

Outra forma de incentivo é o aproveitamento da mão de obra dos recuperandos para serviços burocráticos, de monitoria e de instrução profissional dentro do próprio presídio.

Na regime aberto, o trabalho é externo, visando a ressocialização, e o preso só retorna à casa de detenção no período noturno.



RELIGIÃO

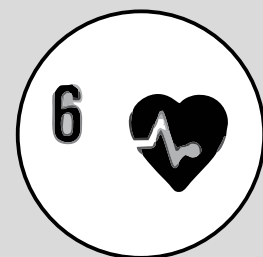
A assistência espiritual faz parte da proposta APAC de recuperação. No entanto, a metodologia da APAC afirma que a abordagem religiosa é ineficaz se aplicada isoladamente, sem os demais elementos do método.

O sistema é aberto a qualquer religião que voluntarie-se a comparecer aos presídios. Em teoria, o preso não é obrigado a se filiar a nem uma religião.



ASSISTÊNCIA JURÍDICA

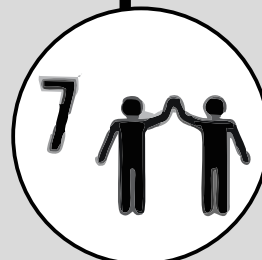
Preza-se pela adequada assistência jurídica aos presos, que muitas vezes não têm recursos próprios para arcar com as despesas de advogados, assim como manda a Lei de Execução Penal (LEP).



ASSISTÊNCIA À SAÚDE

É determinado pela LEP que as unidades prisionais possuam adequado atendimento médico, odontológico e farmacêutico, tanto em caráter preventivo quanto curativo.

Assim nas APACs, preza-se pela adequada assistência médica, seja pelo atendimento no local, ou pela escolta do preso para dependências externas, no caso de necessidades específicas.



VALORIZAÇÃO HUMANA

Busca-se a valorização humana do preso, que deixa de ser visto como criminoso e culpável para ser visto como ser humano em processo de recuperação.

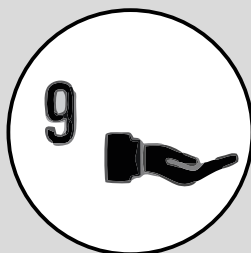
Neste contexto é proibido o uso de apelidos entre detentos, e estes não são tratados como presos, mas sim como recuperando.



FAMÍLIA

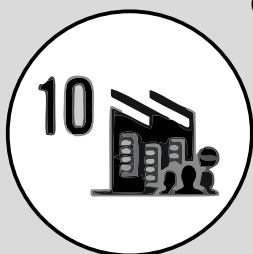
A família é essencial para a recuperação do detento, desta forma, são promovidos encontros e atividades como os familiares em geral.

Um fato interessante é que os detentos de uma determinada APAC devem ser necessariamente originários da região de abrangência da unidade carcerária. Tal delimitação tem por intuito facilitar o contato com a família, uma vez que é considerada uma das atividades-chave do método.



O VOLUNTÁRIO E SUA FORMAÇÃO

Diferente do modelo prisional comum a APAC proporciona cursos específicos, visando a formação de voluntários conhecedores da filosofia da instituição, que estejam aptos a lidar com o indivíduo preso e suas inquietações específicas.



CENTRO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL - CRS

Por legislação, os diferentes regimes (fechado, semiaberto e aberto) devem ser cumpridos em estabelecimentos diferentes, conforme determinados pelos artigos 87, 91 e 93 da LEP.

No caso da APAC, todas as funções são agregadas em um mesmo edifício, denominado centro de recuperação social. Deve-se atentar que apesar de estarem agregados num mesmo edifício, os três regimes funcionam de maneira separada, idealmente não havendo intercessão entre as áreas dedicadas a cada regime.

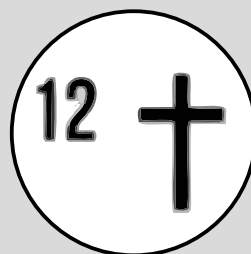
Deve-se denotar que o sistema APAC trabalha com capacidade máxima de 200 detentos, devendo os mesmos terem residência próxima aos presídios.



MÉRITO

Ao demonstrar bom comportamento e adequação aos princípios defendidos pela instituição, o preso pode tanto progredir de regime, vencido o prazo mínimo estipulado pela justiça, como também exercer cargos de confiança dentro da administração da unidade APAC.

Deve-se levar em conta de que o caso de infrações às normas internas da instituição, podem ser revogados os privilégios já mencionados, bem como haver regressão de regime.



JORNADA DE LIBERTAÇÃO COM CRISTO

Consiste de um curso de duração de cerca de uma semana, que tem por finalidade apresentar ao detento os valores cristãos defendidos pela instituição.

Considerando que o Brasil é um país laico e de acordo com a Constituição Federal/88 ampara a liberdade de religião, destaca-se que o apenado tem o direito de escolha e pode optar por não querer participar da APAC, por questões religiosas.

IMPLANTAÇÃO DA APAC

Segundo o Guia de Desafios para a Implantação da APAC, feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O processo de implementação inicia-se por meio da percepção do Ministério Público a respeito da realidade social local. Para tanto, a priorização do diálogo com a população e da interação com a sociedade civil organizada dá-se por meio de audiências públicas, reuniões, encontros, fomento e apoio à articulação comunitária, parcerias com programas de extensão universitária, mediação entre poder público e sociedade civil, visitas técnicas de campo a locais de vulnerabilidade social e conhecimento sobre redes de serviços, demandas sociais locais e regionais.

Realiza-se na audiência pública na comarca a ser implantada, que permitirá a identificação do quadro, a mobilização dos atores sociais envolvidos e induzirá à etapa seguinte, consistente justamente na criação jurídica da APAC. Na sequência, uma comissão estabelecida pela APAC local se dirigirá, em contato a ser intermediado pela Fraternidade Brasileira De Assistência Aos Condenados (FBAC), à uma APAC em funcionamento.

A FBAC recomenda, na sequência dos trabalhos, a organização de um seminário de estudos sobre o método APAC, com ampla mobilização da comunidade. Seguidamente ao seminário, busca-se a organização da equipe de voluntários que atuará proximaamente à APAC a ser instalada.

A etapa seguinte refere-se à instalação física da APAC, com a construção (ou utilização de espaço já existente, com adaptações) do Centro de Reintegração Social (CRS). É esse o momento, inclusive, para formação de parcerias e outras ações conjuntas que servirão de suporte à APAC. A instalação ainda compreende a realização de um curso de formação de voluntários – o curso tem duração de aproximadamente quatro meses. São, então, realizados estágios de recuperandos e de funcionários em outras APACs consolidadas: isto é, APACs já estabelecidas recebem recuperandos e funcionários que responderão pela APAC que se pretende instalar. A APAC ainda celebra convênio de custeio com o Estado para, só então, proceder à inauguração do CRS e, enfim, realizar a transferência dos recuperandos selecionados a essa unidade.

Com a APAC já em funcionamento, é constituído o Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS), formado exclusivamente por recuperandos. Na sequência, promove-se o “curso de conhecimento sobre o método APAC” e as chamadas “Jornas de Libertação com Cristo” sempre no interior da CRS com vistas aos reeducandos selecionados para o início dos trabalhos. A implementação ainda deve se ocupar do desenvolvimento periódico de aulas de valorização humana, de espiritualidade, de prevenção às drogas e de reuniões de celas coordenadas por voluntários. Como ação continuada na implementação da APAC, requer-se da unidade que participe dos eventos anuais promovidos em conjunto pelo Programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça dos estados e da FBAC, com vistas à formação de multiplicadores do método APAC.

Dentre as ações contínuas, promovidas de modo permanente após a implantação da APAC, encontra-se igualmente a realização periódica de novas audiências públicas, seminários e cursos de formação de voluntários, dado o caráter dinâmico e permanente de interação com a comunidade exigido pelo método apaquiano.



Figura 12

Fonte: canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br

DIFERENÇA ENTRE O SISTEMA CONVENCIONAL E A APAC -----

A APAC tem como objetivo preparar o preso para o convívio em sociedade. Além de seu método, sua principal diferença do sistema carcerário comum, é que na APAC os presos passam a ser chamados de recuperandos, e eles são responsáveis pela sua própria recuperação, possuem assistência jurídica, médica, psicológica, espiritual, prestada pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte os funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais ou agentes penitenciários.

Outra diferença entre os sistemas é o índice de não reincidência, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), hoje no sistema comum a não reincidência é de 10%, ou seja, somente esses não voltam a infringir a lei. Já a APAC possui esse índice maior chegando a 70%, e em algumas associações chega a 98%, um índice de (re)socialização muito maior.

Além disso, hoje segundo o Conselho Nacional de Justiça, um preso custa em média no país é de R\$ 2,4 mil, o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) revela ainda que muitos estados, inclusive Santa Catarina, estão com esse valor desatualizado, mas tendo como parâmetro a média nacional, hoje o sistema APAC ele custa menos que a metade, somente R\$ 1.000 reais mensais por detendo.

Essa diferença é evidente devido a metodologia do sistema, que traz ao preso a responsabilidade de sua própria recuperação dispensando custos com agentes penitenciários e funcionários, já que existe voluntariado, e uma porcentagem do salário do recuperando, vai para a manutenção do estabelecimento.

“Devido a essas diferenças entre os sistemas, é que a APAC será adotada como uma política pública no país”. Essa notícia foi anunciada em Fevereiro de 2019, pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Minas Gerais (TJMG), Luiz Carlos Rezende e Santos, ao presidente do TJMG. O poder Judiciário do país está vendo a APAC como o começo de uma mudança no sistema penitenciário do Brasil.

Figura 13 - Complexo penitenciário estadual de Itatinga - SP



Fonte: <https://noticias.ne10.uol.com.br>

Figura 14 - Complexo penitenciário superlotado



Fonte: <https://noticias.ne10.uol.com.br>

Figura 15 - Centro de reintegração social - MG



Fonte: <https://ndmais.com.br>

Figura 16 - Centro de reintegração social - RS



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>

ENTÃO, A (RE)SOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA APAC É:



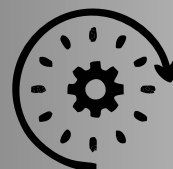
MAIS HUMANA

A rotina dos presos é baseada em trabalho, educação, psicoterapia e no apoio familiar.



MAIS BARATA

O custo mensal de um preso é reduzido em 60% em média.



MAIS EFICIENTE

A taxa de recuperação e não reincidência das APACs chega a 70%, podendo alcançar até 98%.

03 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

NO MUNDO

X BRASIL

Dos países listados três estão acima do Brasil em número absoluto de encarcerados: Estados Unidos, China e Rússia. Os outros dois são considerados casos de sucesso e referência internacional: Noruega e Holanda. Os dados básicos sobre cada sistema prisional são da World Prison Brief, base de dados da International Centre for Prison Studies, no ano de 2015.

BRASIL

Quantidade de presos: 622.202
Taxa de encarceramento (presos por 100 mil habitantes): 307
Taxa de ocupação de vagas: 157,2%

CHINA

Quantidade de presos: 1.649.804
Taxa de encarceramento: 118
Taxa de ocupação de vagas: não há dados

NORUEGA

Quantidade de presos: 3.874
Taxa de encarceramento: 74
Taxa de ocupação de vagas: 89,8%

Na contramão dos países listados acima, a Noruega consegue manter baixo nível de encarceramento e garantir tratamento mais humano aos condenados. Parte do sistema penitenciário do país é composto por “casas de adaptação”, que são descritas como algumas das melhores dependências para detentos no mundo. A filosofia adotada pela Noruega é que a rotina na prisão deve ser a mais normal possível, sem maiores diferenças com a vida fora dela.

RÚSSIA

Quantidade de presos: 633.826
Taxa de encarceramento: 439
Taxa de ocupação de vagas: 82,2%

ESTADOS UNIDOS

Quantidade de presos: 2.217.947
Taxa de encarceramento (presos por 100 mil hab.): 693
Taxa de ocupação de vagas: 102,7%

HOLANDA

Quantidade de presos: 11.603
Taxa de encarceramento: 69
Taxa de ocupação de vagas: 77%

As cadeias holandesas em nada lembram as do Brasil: contam com amplas áreas verdes, bibliotecas, mesas de piquenique e redes de vôlei. Adota-se, a ideia de que a rotina na cadeia não deve ser muito diferente da rotina fora dela. Essa abordagem ajudaria o preso a retomar a vida mais facilmente ao sair da prisão. A recuperação do preso é personalizada e procura abordar as causas que levaram a pessoa a cometer o crime. Com cada vez menos detentos, o governo holandês tem fechado várias prisões.

NO BRASIL

CONTEXTUALIZAÇÃO

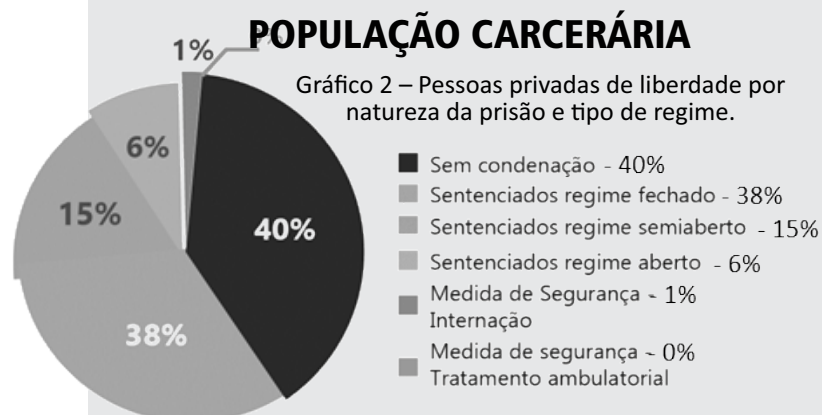
Segundo o último levantamento de Nacional de Informações Penitenciárias feito pelo Departamento Penitenciário Nacional, em Junho de 2016, publicado em 2017, a população prisional no Brasil chegou a 726.712 mil, não incluindo os Albergados e monitoramento eletrônico.

Tabela 1 – Pessoas privadas de liberdade em 2016

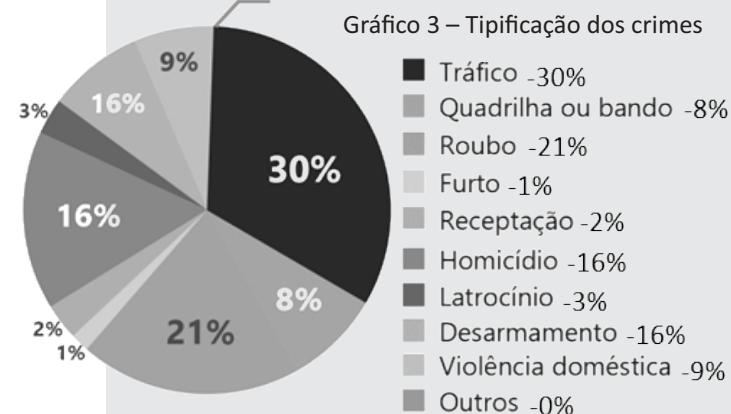
Brasil - Junho de 2016	
População prisional	726.712
Sistema Penitenciário	689.510
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	36.765
Sistema Penitenciário Federal	437
Vagas	368.049
Déficit de vagas	358.663
Taxa de ocupação	197,4%
Taxa de aprisionamento	352,6

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Junho/2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dezembro/2015; IBGE, 2016.

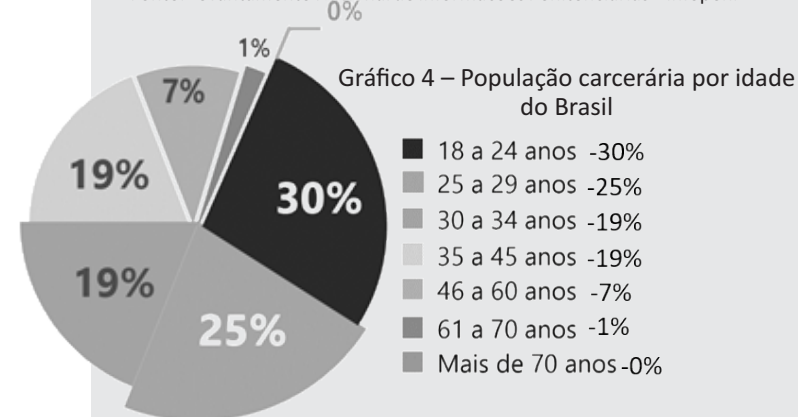
Na tabela 1 o panorama geral da população prisional brasileira em 1.422 estabelecimentos penais que participaram do levantamento, resultou em 689.510 pessoas que estão em estabelecimentos administrados pelas Secretarias Estaduais de Administração Prisional e Justiça, o sistema penitenciário estadual; 36.765 pessoas custodiadas em carceragens de delegacias ou outros espaços de custódia administrados pelas Secretarias de Segurança Pública; e 437 pessoas que se encontram nas unidades do Sistema Penitenciário Federal, administradas pelo Departamento Penitenciário Federal.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen.

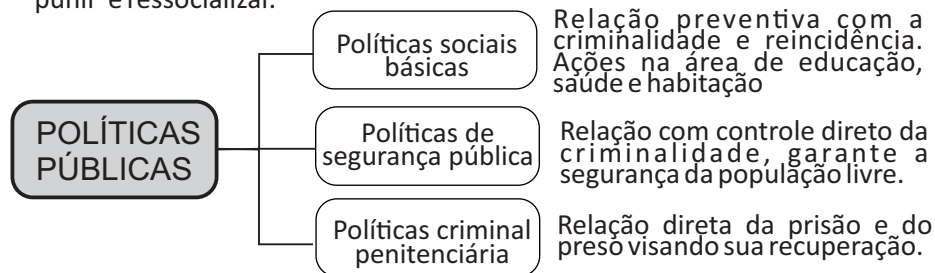
NO BRASIL

SISTEMA PENAL BRASILEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS

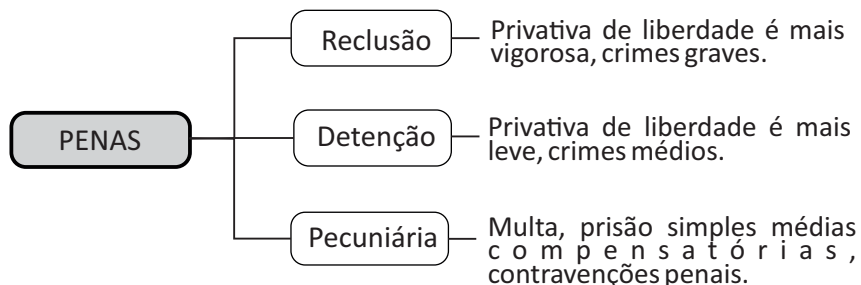
Sistema Penal é o grupo de instituições e política públicas que visam cumprir o que o Direito Penal preconiza e segue legislação específica.

Para Rodrigues(2011,p.14): “políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem varias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados (...)constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder publico”.

Pensar políticas públicas para a reabilitação em espaços prisionais significa ter como referência a singularidade desse espaço, regido por normas e regras que devem assegurar as regularidades estabelecidas pelo princípio da segurança e as especificidades dos sujeitos que ali se encontram. São indivíduos a quem, ao longo de suas trajetórias, foram negados direitos humanos fundamentais, e que estão diante de uma instituição, que pretende punir e ressocializar.

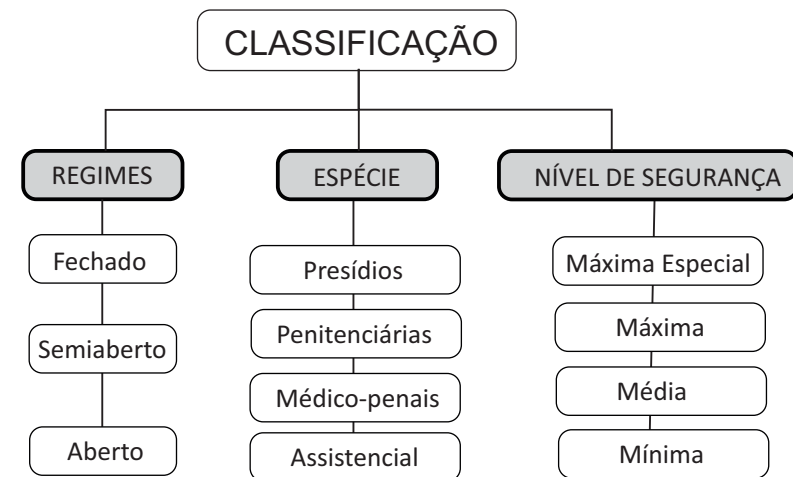


A pena tem por objetivo punir e reabilitar o criminoso. As principais penas do direito brasileiro são:



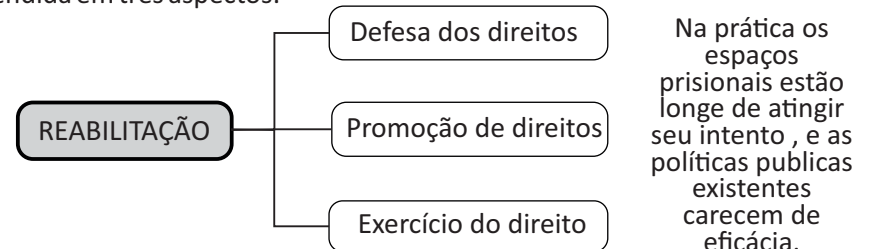
Para execução das penas reclusão, detenção ou prisão simples há necessidade de espaços construídos para este fim, pois as penas objetivam retirar a liberdade de ir e vir do indivíduo até que o mesmo se recupere para ir e vir sem atentar contra os direitos da sociedade.

A classificação de espécies de estabelecimentos penais por regime e nível de segurança:



Os espaços destinados para a aplicação das penas não contribuem para a aplicação da lei.

Nestes espaços espera-se reabilitar o preso, que entende-se no sentido mais amplo como um conjunto de atributos que permitem ao indivíduo tornar-se útil a si mesmo, a sua família e a sociedade, podendo ser entendida em três aspectos:



EM SANTA CATARINA

CONTEXTUALIZAÇÃO

Assim como toda a população carecada do país, no Estado de Santa Catarina (SC) não é diferente, a população cresce de maneira preocupante, de acordo com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SC), hoje existem 20,7 mil pessoas privadas de sua liberdade e crescem aproximadamente 8 presos por dia, só entre janeiro e abril de 2018, as cadeias do Estado receberam 900 pessoas a mais do que saíram.

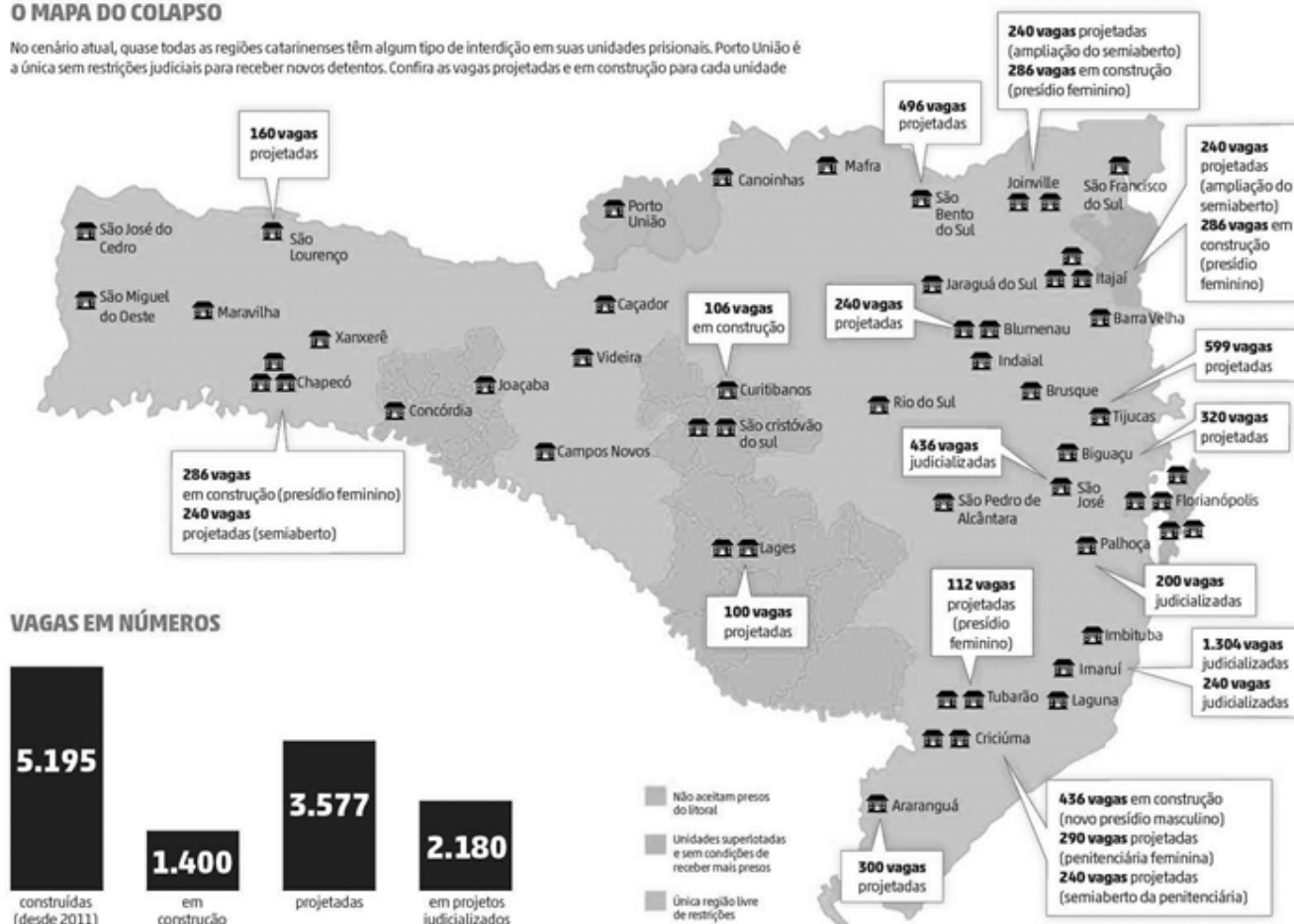
Mas em contrapartida o sistema prisional catarinense, tem o maior índice de detentos trabalhando, muitas empresas como Tigre, Resicolor, Taschibras, Mormaii, Hering, Berlanda, Aurola, possuem uma unidade no sistema prisional.

Em 2016, 70% das unidades prisionais estavam superlotadas, o que resultou em ampliações e construções de muitas unidades, inclusive em Criciúma.

Figura 17 - Locações de penitenciárias no Estado de Santa Catarina

O MAPA DO COLAPSO

No cenário atual, quase todas as regiões catarinenses têm algum tipo de interdição em suas unidades prisionais. Porto União é a única sem restrições judiciais para receber novos detentos. Confira as vagas projetadas e em construção para cada unidade



Fonte: Diário Catarinense, 2016.

EM CRICIÚMA

CONTEXTUALIZAÇÃO

O município hoje, abriga duas grandes Penitenciárias: Feminina e Masculina, localizadas no Bairro Vila Maria, na zona penitenciária industrial de Criciúma.

PENITENCIARIA SUL FEMININA

Inaugurada em 2018

REGIME	Nº DE PRESOS
REGIME FECHADO	213
REGIME SEMIABERTO	60
REGIME ABERTO	0
REGIME PROVISÓRIO	0
TOTAL:	273
CAPACIDADE	286

Fonte: Penitenciária sul, adaptado pelo autor

PENITENCIARIA SUL MASCULINA

Inaugurada em 2010

REGIME	Nº DE PRESOS
REGIME FECHADO	702
REGIME SEMIABERTO	14
REGIME ABERTO	0
REGIME PROVISÓRIO	36
TOTAL:	752
CAPACIDADE	660

Fonte: Penitenciária sul, adaptado pelo autor

As unidades oferecem iniciativas para remição educacional, no cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de ensino fundamental e médio e cursos profissionalizantes em parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Além disso, também oferece a realização das provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Dados consolidados do ano base de 2017, pela penitenciária masculina, apontam que dos 752 detentos, 150 possuíam ensino fundamental, 100 o ensino médio e 15 ensino superior. Além disso, 102 reeducando estudaram nos cursos de ensino fundamental e médio, sendo que destes, 63 foram aprovados na prova do ENCCEJA no nível médio e 39 no nível fundamental. Através do IFSC, 120 detentos foram qualificados através dos cursos de pedreiro, pintor, montador de esquadrias, montador de equipamentos eletrônicos e alimentador de linhas de produção.



VISITAS

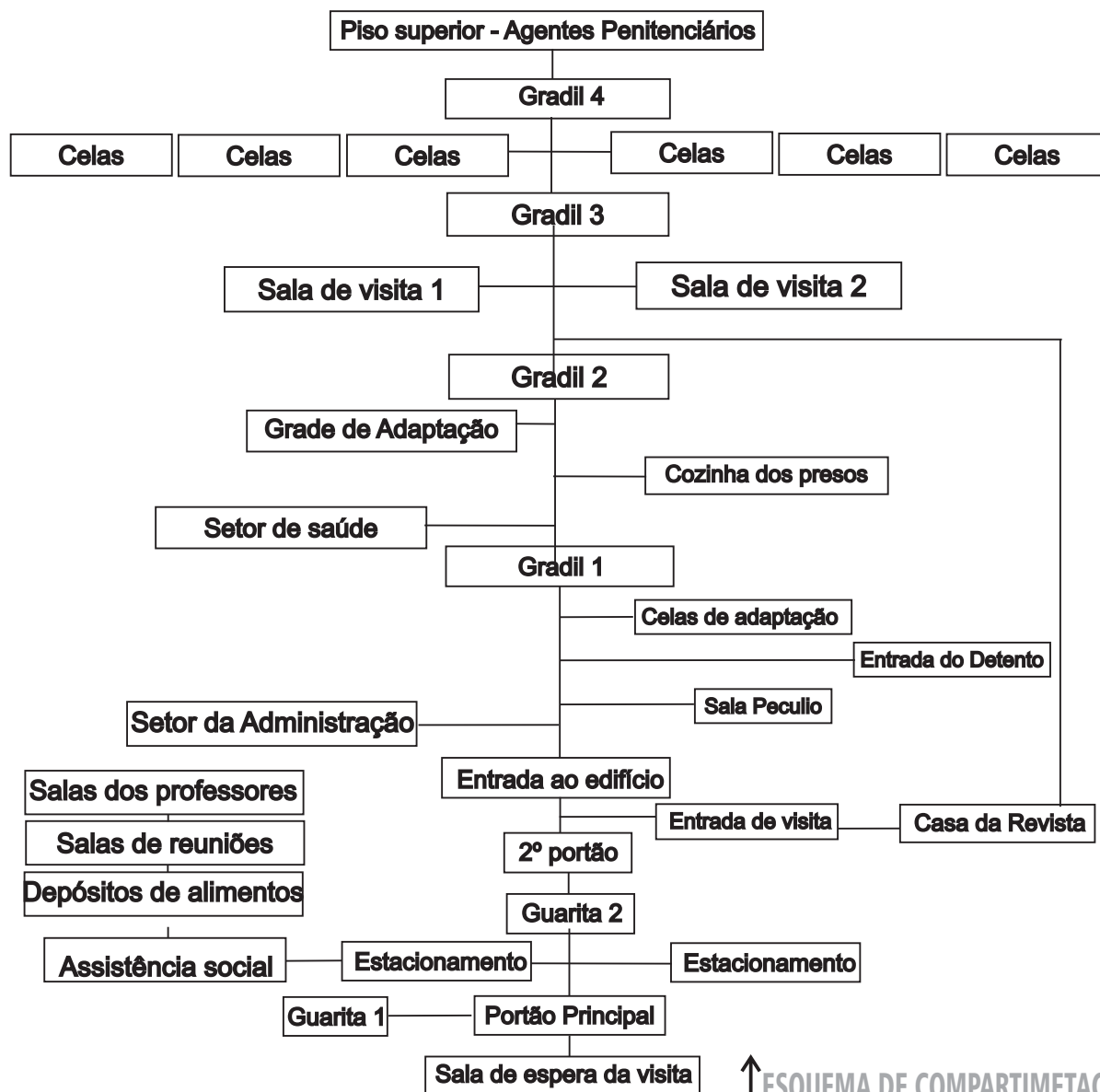
PENITENCIARIA SUL MASCULINA EM CRICIÚMA - SC

Foram realizadas duas visitas a penitenciária, com intuito de conhecer o local, olhar de maneira crítica os espaços e perceber as necessidades existentes.

Durante a primeira visita foi possível conversar com a assistente social, os professores e o coordenador da educação, ambos relataram as dificuldades que encontram com falta de estrutura física adequada na área educacional, pois hoje os professores dividem um espaço com a assistência social, existe falta de equipamentos, como um biblioteca, que segundo a Lei de Execução Penal (LEP) Art. 21 ela seria um equipamento obrigatório, dentro dos estabelecimentos penais.

Na segunda visita, foi possível conhecer melhor a estrutura física da própria penitenciária, as galerias, refeitórios, espaços coletivos, salas de visita, área administrativa, juntamente com o funcionamento do local. Mas não foi autorizado fazer um levantamento de fotos.

A partir das visitas, foi possível fazer um fluxograma, para entender o local, seu funcionamento e vivenciar um pouco da rotina dos funcionários. Além disso, foi possível, em poucas horas perceber influência que o espaço teve sobre o humor, e os principais elementos influenciadores foram, a cor branca muito predominante, o pé-direito, que possui uma brusca variação, ou era baixou ou muito alto (duplo), e o barulhos dos gradis se brindo e fechando.



SERVIÇO DE PASTORAL CARCERÁRIA EM CRICIÚMA - SC

O SEPASC (Serviço de Pastoral Carcerária), foi criado no dia 05 de novembro de 1998, por um grupo de pessoas que atuavam junto ao presídio Santa Augusta. Hoje, com o Projeto da Casa Egresso, a pastoral visa o atendimento de pessoas do sexo masculino, que já cumpriram a totalidade de suas penas e oferece moradia temporária, para egressos que não contam com amparo e assistência da família, tendo como limite o número de 32 leitos.

A Casa Egresso possui uma nova cede, onde a visita foi realizada, o local foi todo construído com auxílio de doações, ou seja, tudo que existia no local foi doado, desde o material de construção até as roupas de cama dos quartos. E até hoje, a casa é mantida por doações, e são feitos almoços e jantas beneficentes quando necessário.

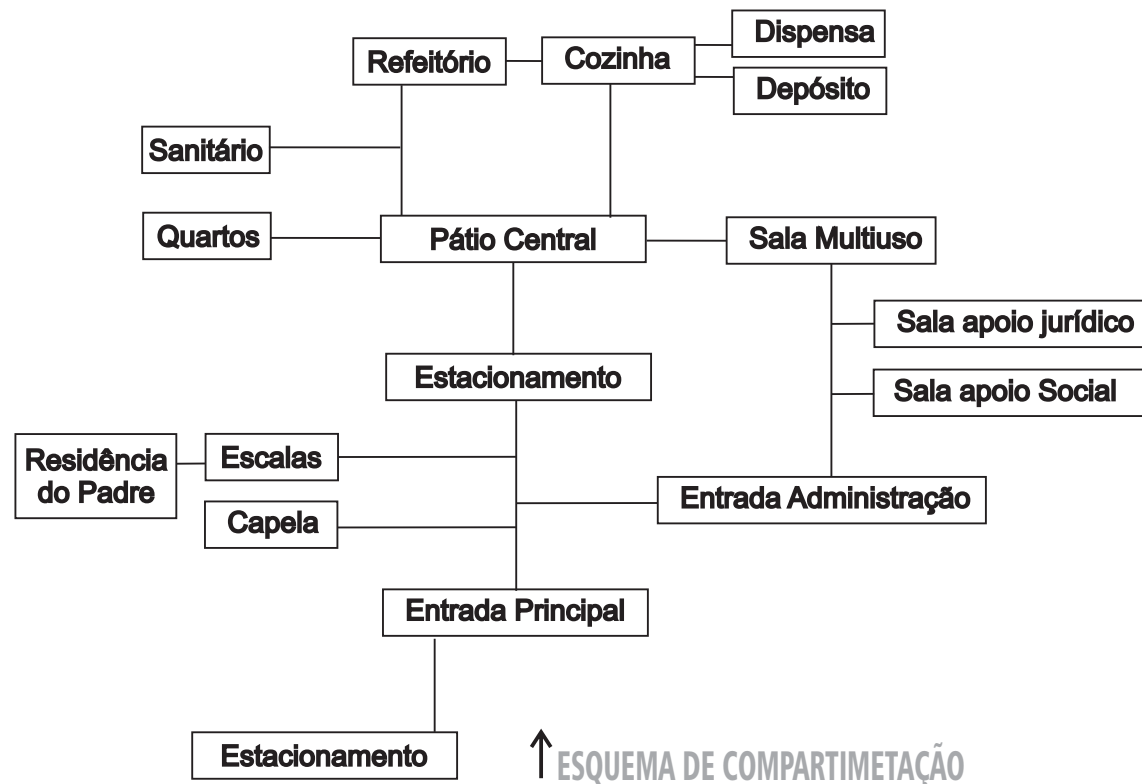


Figura 19 - Quartos da SEPASC



Fonte: Autora

Figura 20 - Capela



Fonte: Autora

Figura 21 - Pátio interno



Fonte: Autora

Figura 22 - Fachada da SEPASC



Fonte: Autora

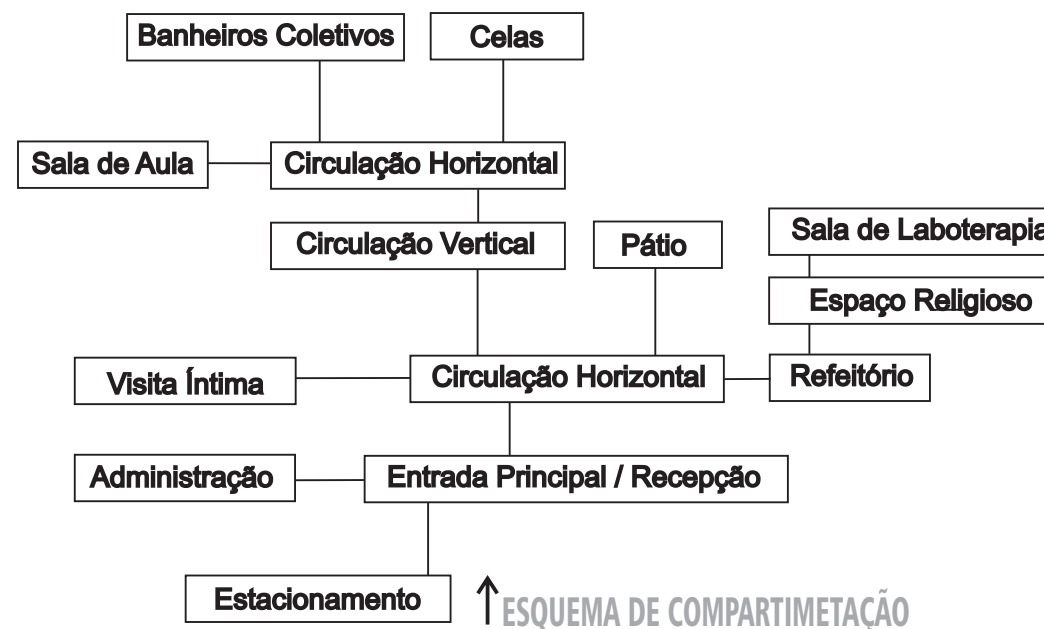
VISITAS

A APAC EM PORTO ALEGRE-RS

Foi realizada uma visita a APAC de Porto Alegre, que está aberta a 6 meses e atende somente o regime fechado. Hoje, a associação possui 24 recuperandos, sendo que sua capacidade chega a 40, todos que estão no local já passaram pelo sistema convencional, e com muita propriedade falam da diferença entre os estabelecimentos penais.

É possível perceber que todos os recuperandos são muito gratos pela oportunidade de fazer parte da APAC, tanto que com muito orgulho eles falam que são “Apaquianos”. A diferença entre a APAC e o sistema convencional é tão perceptível, a forma como somos tratados é muito diferente, na APAC parece que fizemos parte desse sistema.

Durante a visita somos recebidos pelos próprios recuperandos juntamente com voluntários e funcionários, essa recepção acolhe de uma maneira maravilhosa todos aqueles que chegam no local, já que toda as sextas a APAC é aberta para qualquer cidadão que queira conhecer o trabalho, é só ligar e agendar uma visita. Essas visitas trazem muita alegria para os recuperandos, eles se sentem importantes, principalmente pelo fato de estarem iniciando um trabalho pioneiro no estado do Rio Grande do Sul, tanto que eles falam que serão exemplo e que eles têm a responsabilidade de quebrarem paradigmas da sociedade.



↑ ESQUEMA DE COMPARTIMENTAÇÃO

A estrutura física do local, já existia era uma antiga cadeia e foi adaptada para receber a associação, entender o espaço foi muito importante para o andamento do trabalho, compreender a dinâmica do local e o nível de segurança exigido, trouxe novas ideias e possibilidades.

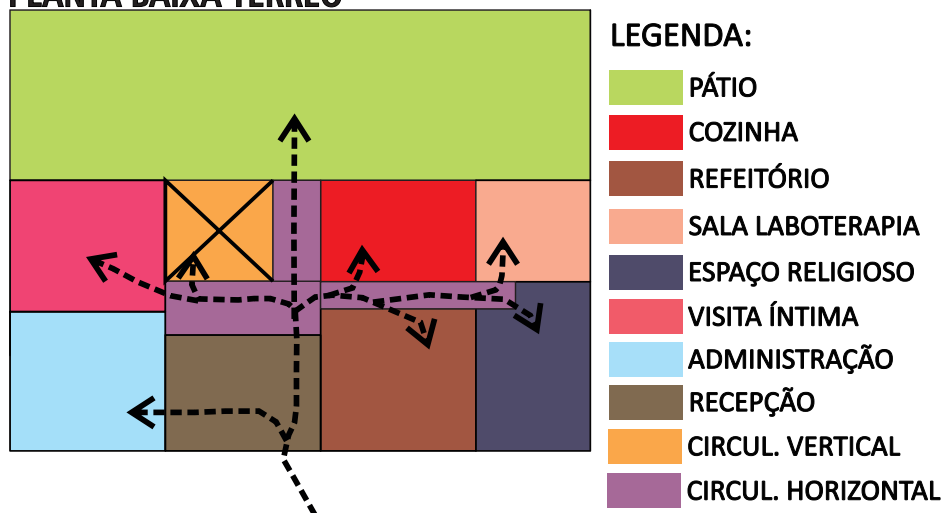
Conhecer o trabalho da APAC foi com toda certeza uma experiência muito enriquecedora, encontrei dentro de um estabelecimento penal, um calor humano tão grande, que não existem palavras para descrever-lo.

Quando um detendo chega na APAC para virar um recuperando, a primeira coisa que ele recebe é um abraço, escutando os relatos sobre essa acolhida são impressionantes, porque existiam detentos que não recebiam um abraço a mais de 9 anos, os próprios recuperandos falam que o sistema convencional é movido a ódio e vingança e o sistema APAC é movido a amor.

Ao final da visita os recuperandos cantaram uma música composta por eles, nos aplaudiram e nos entregaram uma flor de papel feita por eles ali na APAC.

ESQUEMA EM PLANTA BAIXA DA APAC:

PLANTA BAIXA TERRÉO



PLANTA BAIXA 2º Pav.

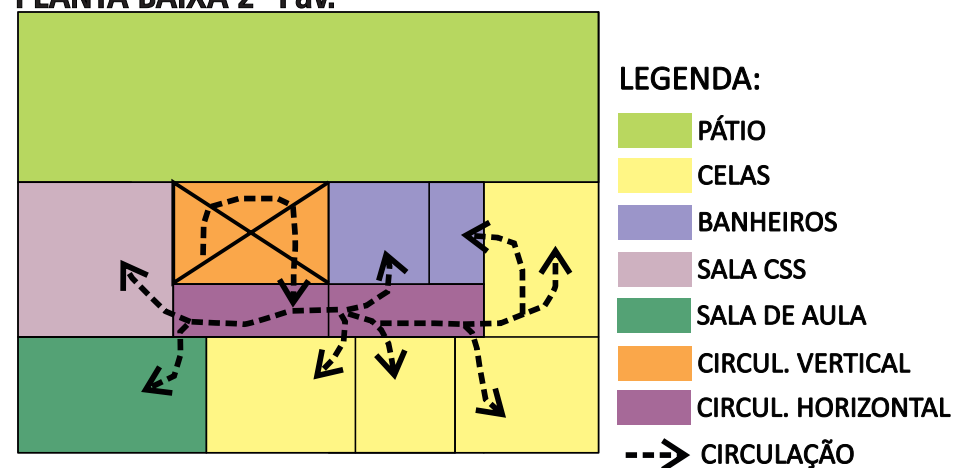


Figura 23 - Pátio interno



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>

Figura 24 - Celas



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>

Figura 25 - Fachada



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>

O ESPAÇO PENAL E O ESPAÇO URBANO

Apesar de necessários para a manutenção da ordem pública, segundo Suzann, os espaços prisionais são vistos como não pertencentes ao espaço urbano, devendo ficar longe dos olhos da sociedade se caracterizando como um território alheio a cidade, o território prisional.

Destaca-se aqui a necessidade de considerar o planejamento da implantação dos equipamentos prisionais no contexto urbano, destacando o papel social do espaço penitenciário dentro da cidade e todos os seus possíveis impactos.

A prisão é uma instituição política. Sua função social, após a formação do Estado liberal é de recuperação dos indivíduos, devendo buscar sua “ressocialização”. A sociedade assustada com o crescimento da violência espera que a prisão se constitua em um espaço de punição e expiação para o criminoso.

Na configuração arquitetônica dos estabelecimentos prisionais fica evidente a preocupação com a proteção da sociedade em detrimento da ressocialização do apenado. As barreiras físicas redesenham as relações sociais e espaciais entre o que está dentro e o que está fora dos muros, isolam criando estigmas que exercem influência nas relações estabelecidas entre os espaços e os indivíduos.

As barreiras isolam os indivíduos encarcerados nesse território do restante da cidade, considerando-os como seres não pertencentes ao espaço público. O espaço penal se mantém invisível, margeando a cidade e cumpre um papel urbano, mesmo configurado como um espaço de banimento.

Cria-se então um novo território isolado do espaço urbano por muros altos, guaritas de observação e vias perimetrais: o território prisional.

Ainda segundo Suzann, os espaços prisionais com raras exceções não são contemplados no planejamento urbano, das cidades de modo que a instalação dos equipamentos é feita sem qualquer regulamentação e fica muitas vezes a cargo da concessão de terrenos, dos interesses dos governantes, da especulação imobiliária e ainda enfrenta a resistência da população ao recebê-lo em sua vizinhança, favorecendo a adoção da não política como estratégia de ação.

Assim, ressalta-se a importância dos planos diretores municipais na implementação de políticas integradas com a segurança pública, avaliando-a de modo a atuar de forma planejada e integrada na tentativa de reduzir os índices de violência e de considerar o espaço prisional como pertencente à cidade.

ESPAÇO PENAL: ESPAÇO PÚBLICO X ESPAÇO PRIVADO

O espaço penitenciário se apresenta contraditório quanto ao seu papel na sociedade, pois é um espaço público e privado.

Ele é **público**, no sentido de ser um espaço de controle absoluto do Estado. Ele é **privado** no sentido que os muros delimitam uma fronteira. Uma linha divisória entre o BEM e o MAL.

Para a sociedade o espaço penitenciário é tido como o lugar onde devem ficar os criminosos, para que se faça a justiça, ou seja, para que os MAUS não venham a conviver com os BONS. Um muro divide o sagrado do profano.

No espaço penal, o aspecto privado confunde-se com seu aspecto público, numa permeabilidade conflituosa, que apesar dos muros, não impede que seus aspectos privados se espalhem para o outro lado dos muros, em organizações paralelas de poder. O Estado volta suas atenções somente aos muros, sem conseguir ver através dele, panoticamente, um sistema corrompido com regras particulares, ignorando as ações derramadas de dentro dos muros.

ESPAÇO PENAL E O HABITAR

O espaço penitenciário embora não seja um local de moradia permanente das pessoas, é local de moradia transitória, durante um período de tempo em que, em tese, o indivíduo vai ser punido pelo crime que cometeu com a privação da liberdade.

O espaço prisional não se apresenta como espaço de realojamento, pois enfatiza aspectos condenatórios e segregatórios, deixando de ser entendido como um espaço para a habitação.

Nas prisões os indivíduos passam a conviver com outros condenados oriundos de diferentes procedências, uma convivência cruel, que o transforma em um indivíduo muito pior do que quando entrou. A prisão em si, é uma violência a sombra da lei.

Para que se entenda a função social do espaço penitenciário, faz-se necessário entender o indivíduo que se abriga nele.

A indiferença quanto a interpretação correta do espaço penal traz um custo elevado para toda sociedade, pois os espaços penitenciários nada mais são do que multiplicadores da atividade criminosa. O espaço penal é absolutamente segregatório e punitivo. É um espaço para servir de exemplo como se fosse um inferno, onde a função de habitar é trocada por um grande depósito de indivíduos criminosos, que não cumpre sua função social.

O ESPAÇO PENAL E O ESPAÇO ARQUITETÔNICO

Um espaço arquitetônico é definido pela forma concebida pelo arquiteto. É um espaço que possui seus próprios significados culturais, emocionais e psicológicos. Um espaço arquitetônico pode promover assim, diferentes e diversas sensações num indivíduo.

Os estabelecimentos penais são espaços arquitetônicos, e como qualquer outro espaço, podem promover relações sociais. Podemos perceber que durante toda a história do sistema penitenciário, a arquitetura foi de certa forma evoluindo, juntamente com a Lei de execução penal, e a partir do momento que a ressocialização e a educação passam a ser trazidos para dentro do sistema, foi possível começar a se pensar em um processo humanizado, e a arquitetura é um elemento que auxilia esse processo, criamos espaços que influenciam diretamente na saúde física e mental dos usuários.

Para Sun (2002) é importante levar em consideração alguma variáveis que permeiam o processo de elaboração do projeto arquitetônico penitenciário. Entre múltiplas variáveis que existem em um projeto arquitetônico, a autora enumera 5, que seriam as principais demandas geradas pelo estado e pela sociedade, para a criação desse espaço:

- a) **PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS:** para que o edifício cumpra sua função social é necessário, que sejam projetados diversos espaços, que sejam dimensionados corretamente e adequados às atividades que irão desempenhar.
- b) **APLICADA À TEORIA MISTA DA FINALIDADE DA PENA:** o estabelecimento deve ser um espaço de recolhimento e vislumbrar a possibilidade de recuperação do indivíduo visando a sua reinserção social.
- c) **VIABILIDADE ECONÔMICA:** como essas instalações são mantidas através de recursos públicos, devem ser projetos com custo reduzido. Ressalta-se que a APAC diferente dos restantes estabelecimentos penais não é totalmente subsidiada pelo governo, sendo que possui parcerias com empresas que proporcionam trabalhos aos detentos, e uma porcentagem de seus salários é utilizada para seu sustento no local, além disso é uma Associação que muitas vezes recebe doações e trabalho voluntário, o que proporciona uma relação com a comunidade e uma redução no custo de funcionários.

d) **ADEQUAÇÃO FÍSICA:** é importante que os espaços conversem proporcionando integridade física e moral de todos os usuários, sejam eles agentes penitenciários, presos, visitas ou até mesmo a população residente no entorno.

e) **SEGURANÇA:** o espaço deve garantir a segurança física e mental de todos os envolvidos.

Os espaços penais são classificados pela Ministério da Justiça e tem como intuito organizar e categorizar o espaço. Hoje, as exigências para os projetos arquitetônicos são impostas através das diretrizes básica para a arquitetura penal, que possuem um papel importante para a elaboração de projetos arquitetônicos, e influencias na composição do espaço.



Figura 26
FONTE: www.inclusive.org.br

DIRETRIZES PENAIS

O Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), afirma que o Brasil tem 1.478 unidades prisionais, segundo levantamento mais recente sobre o sistema carcerário.

Essas unidades possuem lei vigentes, entre elas e a mais importante está a Lei de Execução Penal (LEP), que incube ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), estabelecer regras sobre a arquitetura penal, assim como está escrito no Art. 64, VI:

Art. 64. Ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no exercício de suas atividades, em âmbito federal ou estadual, incumbe:

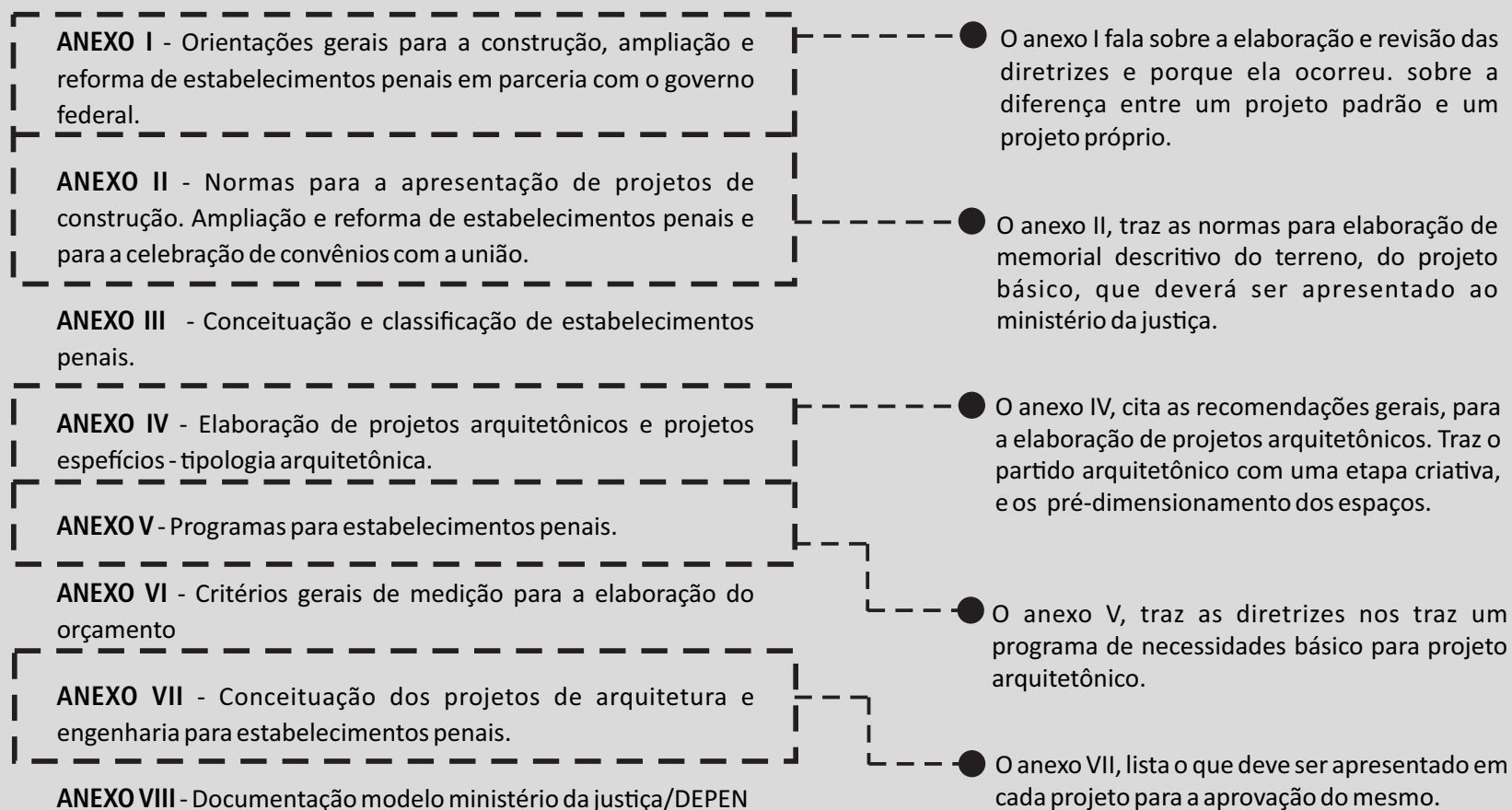
VI - estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados. (Lei de execução Penal)

A arquitetura Penal no Brasil obedeceu as diretrizes básicas da resolução nº 03/2005, até o ano de 2011 quando estudos foram realizados pela comissão interinstitucional, nomeado pela resolução vigente, e foi composta pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), pelo Departamento

Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Conselho Nacional de Secretários de Estados de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ), com o qual foi considerado, finalmente, a necessidade de aperfeiçoamento das diretrizes para a elaboração de projetos, construção, reforma e ampliação de unidades Penais no país.

É importante ressaltar que a APAC não é citada nas diretrizes como um estabelecimento penal, por ser uma política pública que agora está sendo difundida e divulgada e sendo adotada pelos estados. Mas a Diretrizes Básicas traz muitas recomendações gerais e pré-dimensionamentos, que determinam e auxiliam na elaboração do projeto. Por esse motivo ela foi um objeto de estudo.

Abaixo elenca-se as diretrizes básicas para a arquitetura penal, que estão disposta em oito anexos dos quais extraiu-se os mais relevantes para a elaboração do trabalho.



DIRETRIZES PENAIS

Diante dos anexos apresenta-se para o desenvolvimento do partido arquitetônico aprofundou-se os anexos IV e V.

ANEXO IV – Elaboração de Projetos Arquitetônicos e Projetos Específicos - Tipologia Arquitetônica

Estrutura do Anexo:

- 1. Pesquisa;
- 2. Partido Arquitetônico;
- 3. Recomendações gerais
 - 3.a) Capacidade dos estabelecimentos penais; 3.b) Parâmetros arquitetônico para a acomodação de pessoas presas; 3.c) Localização; 3.d) Muros ou alambrados, 3.e) Afastamento e recuo necessário ; 3.f) Taxa de permeabilidade; 3.g) Estacionamentos ; 3.h) Segurança contra incêndios ; 3.i) Conforto ambiental ; 3.j) Esquadrias; 3.k) Iluminação artificial; 3.l) Recomendações técnicas.

ANEXO V – Programa Para Estabelecimentos Penais

Estrutura do Anexo:

- 1. Análise geral;
- 2. Caracterização de setores;
 - 2.a) SETOR EXTERNO, cujo fluxo componha-se de pessoas estranhas ao estabelecimento (visitas), guarda externa e pessoal administrativo;
 - 2.b) SETOR INTERMEDIÁRIO, onde possam vir a circular pessoas dos setores externo e interno;
 - 2.c) SETOR INTERNO, onde o uso é exclusivamente de pessoas presas e de funcionários.
- 3. Programas
 - ATIVIDADES A SEREM ATENDIDAS NO PROGRAMA DE NECESSIDADES:
Administrativas; De almoxarifado; De atuação de estagiários; De serviços (alimentação, lavanderia, manutenção); De convivência; De solário; De refeição; Religiosas; Educativas; Esportivas e de lazer; Laborais; De visitas às pessoas; De visita íntima; De atendimento médico; De atendimento odontológico; De atendimento psicológico; De atendimento do serviço social; De atendimento jurídico; De comunicação reservada entre a pessoa presa e seu advogado; De enfermaria; De alojamento para agentes ou monitores; De alojamento para guarda externa; De berçário e/ou creche.



REFERENCIAIS

Ressalta-se que hoje não existe divulgação dos projetos arquitetônicos dos estabelecimentos penais, devidos motivos de segurança. Além disso, existem poucos trabalhos acadêmicos referentes ao tema APAC. Devido a esses fatos, os referencias escolhidos foram aqueles que eram cabíveis de análises, por fotos ou esboço de planta.

APAC DE SANTA LUZIA – MG

FICHA TÉCNICA

Centro de reintegração social

Local: Santa Luzia, MG

Início do projeto: 2000

Conclusão da obra: 2006

Área do terreno: 42.000 m²

Área construída: 6.700 m²

Arquitetura: M3 Arquitetura e Urbanismo

Santa Luzia situa-se na região metropolitana de Belo Horizonte, a 17,5Km da capital mineira, possuindo população estimada de 216.254 habitantes.

A APAC está situada a 7.7 Km do centro, possui capacidade para 200 (re)educandos, sendo 80 vagas para o regime semiaberto e 120 para o regime fechado.

Figura 27 - APAC Santa Luzia - MG



Fonte: www.arcoweb.com.br

Figura 28 - Prédio de apoio a família



Fonte: <http://www.tjmg.jus.br>

Seu projeto arquitetônico se difere dos demais construídos, pois sua proposta se aproxima dos princípios do sistema, devido ao espaço público proposto no projeto, que integra seu entrono, a comunidade, com os (re)educandos do estabelecimento.

Além disso, esse espaço aberto, proporciona um local diferenciado para os familiares que vão visitar seus parentes, o que humaniza o sistema e motiva os mesmo a fazer mais visitas, já que a família é um elemento essencial na recuperação.

Uma estratégia utilizada no projeto foi a pulverização de pátios, assim como é possível observar na figura 32.

Outra estratégia de projeto é a utilização da paisagem de seu entorno, por meio de desníveis, minimizando a sensação de encarceramento. É utilizado elementos vazados em diversos pontos do edifício, reduzindo a sensação de aprisionamento.

Figura 30 - Utilização de elementos vazados



Fonte: <http://www.tjmg.jus.br>

Figura 31 - Paisagem do entorno



Fonte: <http://www.tjmg.jus.br>

Figura 29 - Distribuição dos regimes



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, adaptado pelo autor.

Figura 32 - Pulverização de pátios



Fonte: <http://www.colaterais.org>

REFERENCIAIS

APAC DE NOVA LIMA – MG

Como objeto de estudo, temos o Projeto de Intervenção na APAC Nova Lima, feito pelo projeto de extensão da Universidade FUMEC (Fundação Mineira de Educação e Cultura).

A unidade APAC Nova Lima já vem sendo objeto de estudo pela Universidade FUMEC desde 2018. Este projeto de extensão apresenta intervenções no espaço físico da unidade, sempre baseadas em reflexões no campo social, antropológico, técnico e científico.

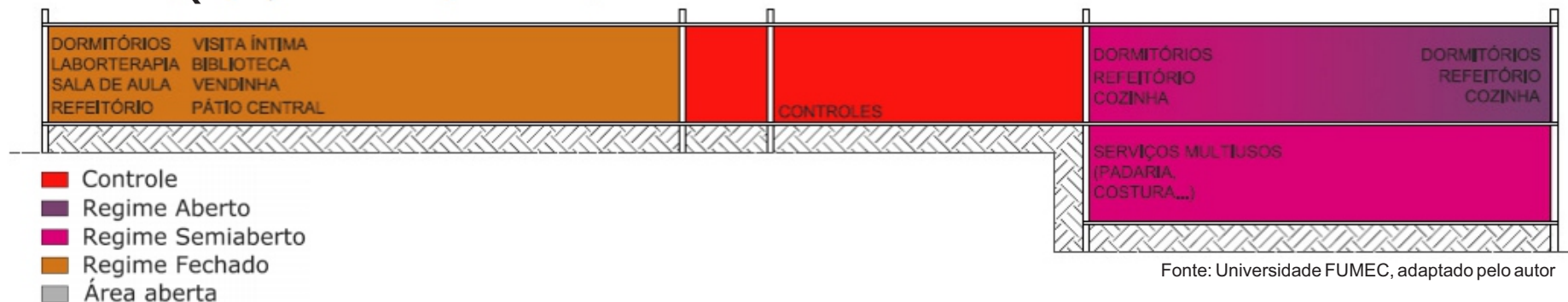
O projeto de intervenção faz uma análise de setorização do edifício existente, que possibilita entender a funcionalidade dos espaços, e a separação dos regimes fechado, semiaberto e aberto.

Figura 33 - Entrada da APAC de Nova Lima



Fonte: <http://erosbiondini.com>

CORTE ESQUEMÁTICO



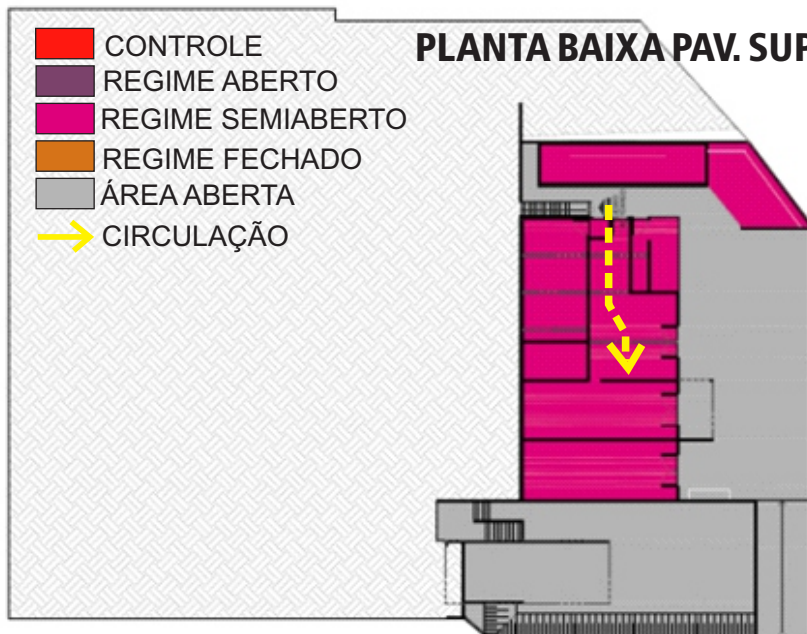
Fonte: Universidade FUMEC, adaptado pelo autor

PLANTA BAIXA TERREO



Fonte: Universidade FUMEC, adaptado pelo autor

PLANTA BAIXA PAV. SUPERIOR



Fonte: Universidade FUMEC, adaptado pelo autor

ÁREAS

Percebe-se através da análise em Planta Baixa, que o espaço é setorizado a partir da separação dos regimes fechado, semiaberto e aberto.

FLUXOS

Verifica-se através da análise dos fluxos na Planta Baixa do projeto, que para ter acesso a qualquer ambiente do edifício, é obrigado a passar pela área de controle. A circulação acontece de maneira geral de forma objetiva, mas possuem longas extensões.

PÁTIOS INTERNOS

Observa-se através da análise em Planta Baixa que existe mais de um pátio interno, isso devido ao fato de cada regime possuir seu espaço aberto.

REGIMES

O tipo de regime determinará uma dinâmica dentro do edifício, o regime aberto possui uma relação muito maior com a rua, diferente dos demais, já que os tipos de regimes são faces e etapas de transição dentro do sistema.

06 PARTIDO ARQUITETÔNICO

PARTIDO ARQUITETÔNICO

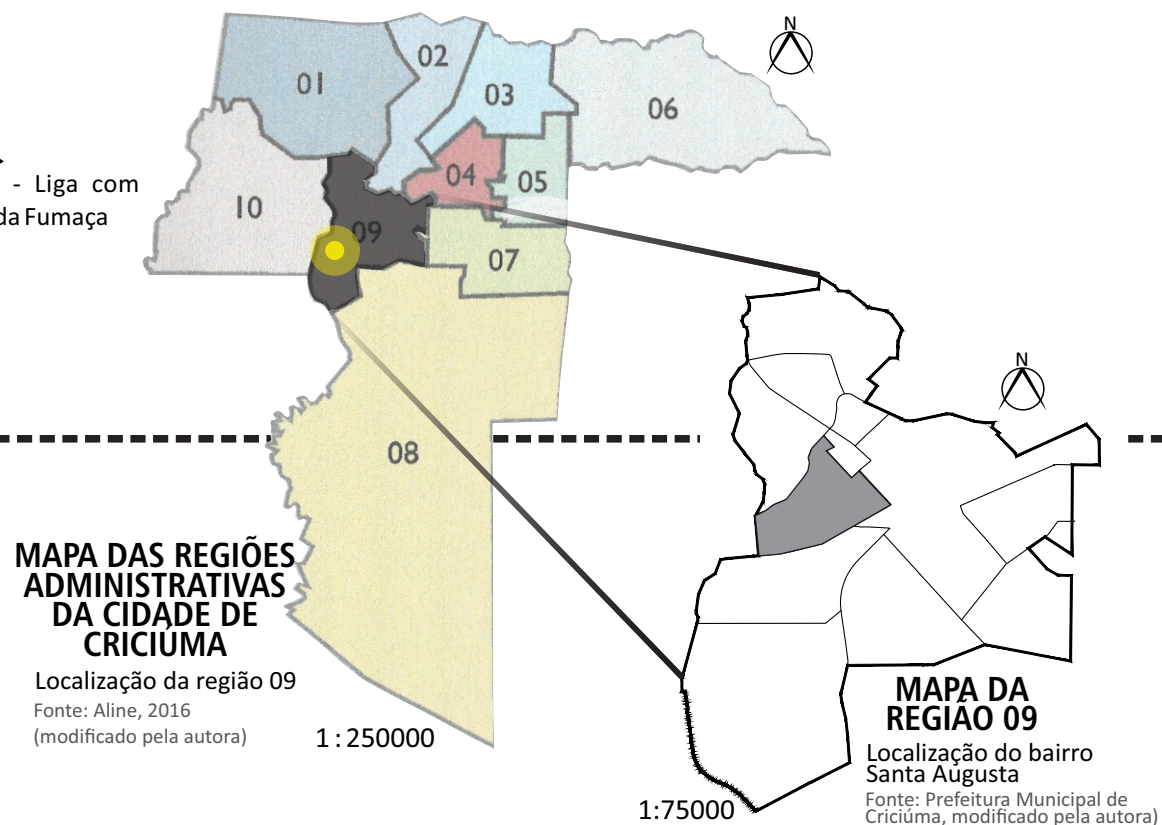
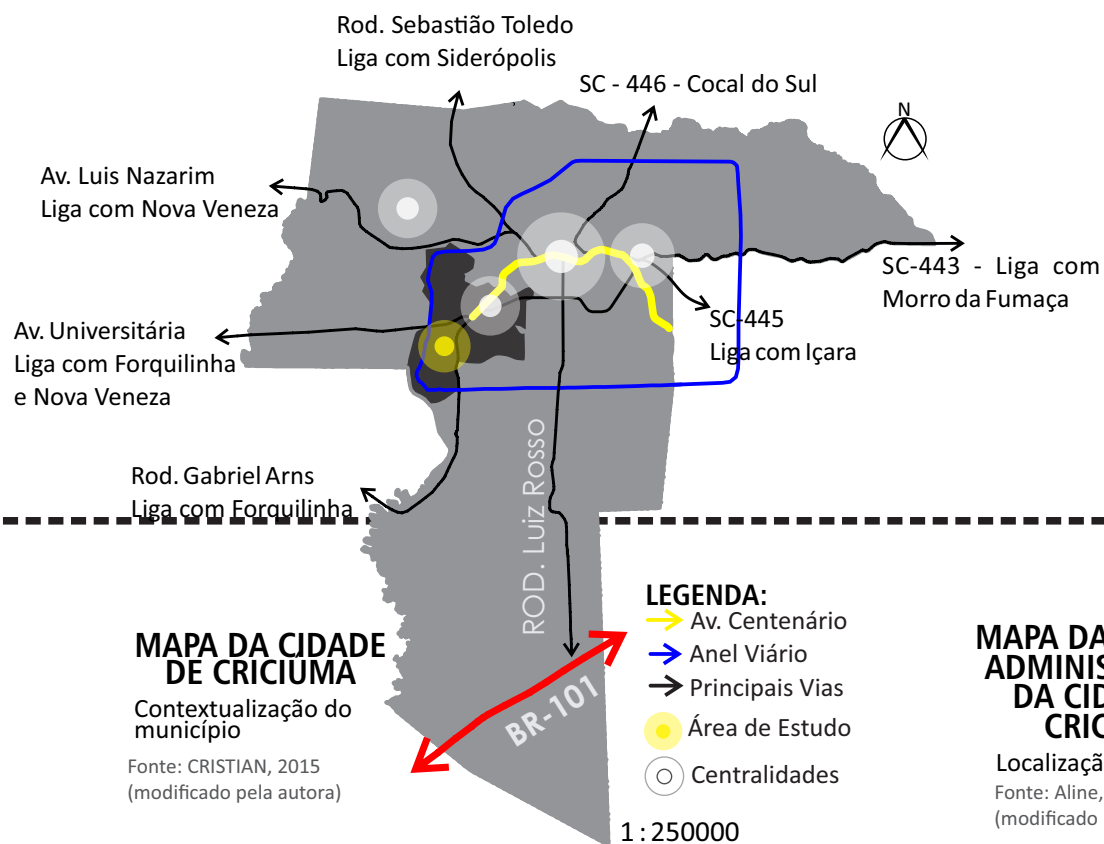
CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA



A CIDADE DE CRICIÚMA

O surgimento de Criciúma se deu com o ciclo de imigração Europeia no século XIX, com a chegada das primeiras famílias. A cidade foi fundada em 1880 e se emancipou no ano de 1925.

Criciúma é a maior cidade do Sul de Santa Catarina, e fica localizada entre as capitais estaduais do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e de Santa Catarina (Florianópolis). A cidade conta com 192.308 habitantes, segundo o IBGE 2010.

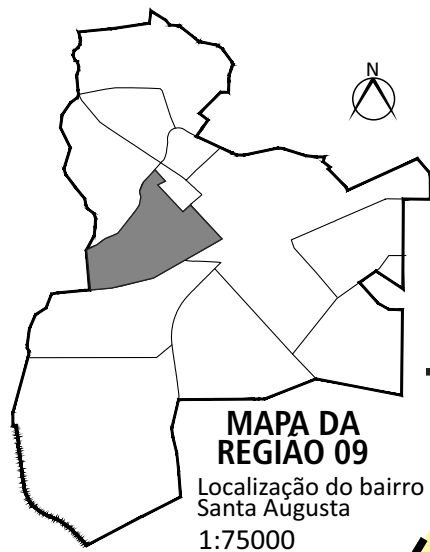


POR QUE NA CIDADE DE CRICIÚMA ?

No município de Criciúma o número de detentos já ultrapassou o número de vagas existentes, considerando que a penitenciária sul foi inaugurada em 2010, a situação da superlotação já é preocupante. Necessário se faz tomar medidas preventivas e acautelatórias para minimizar o problema. Neste contexto uma das alternativas existentes é a implantação da APAC no município.

PARTIDO ARQUITETÔNICO

CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA

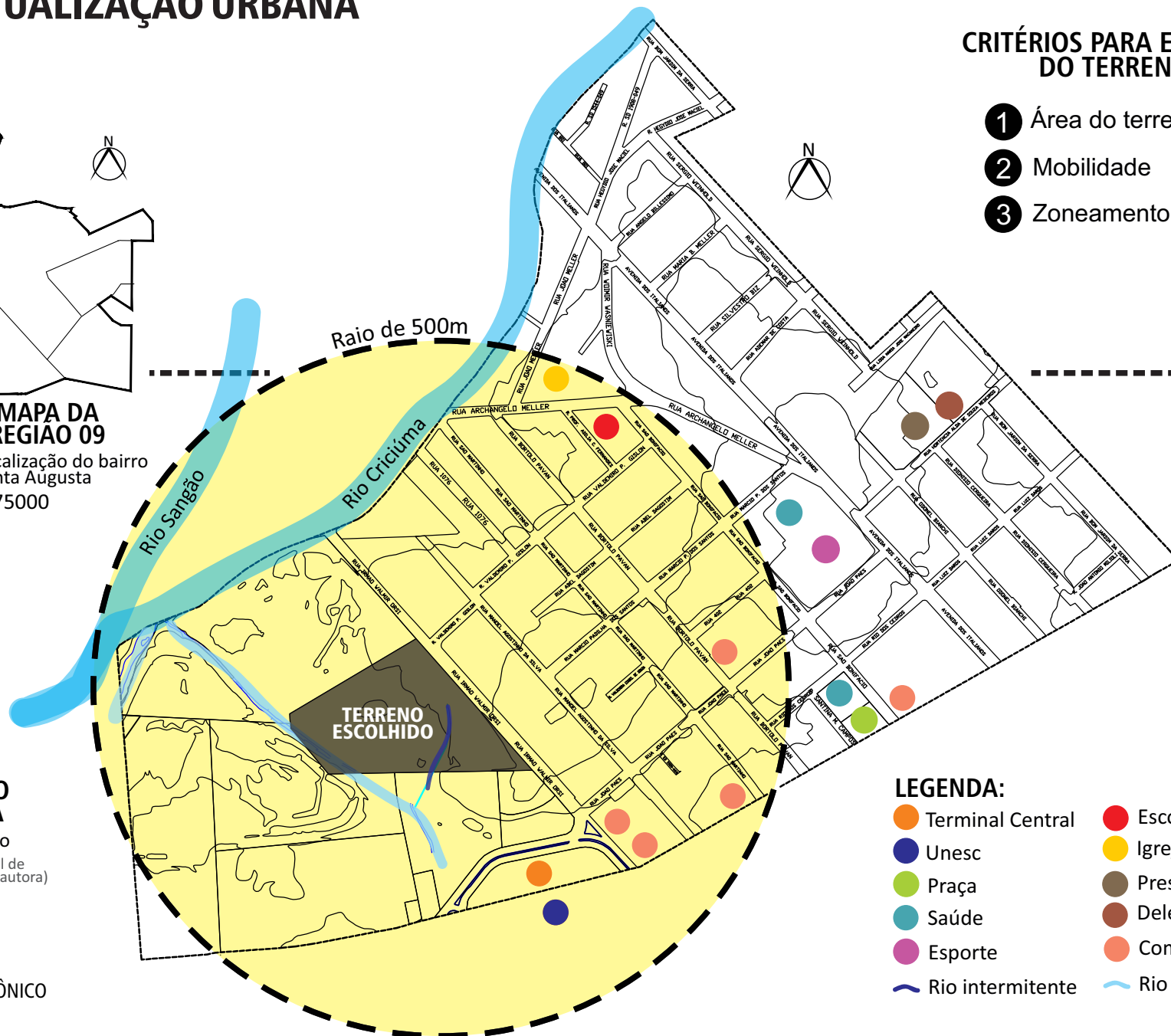


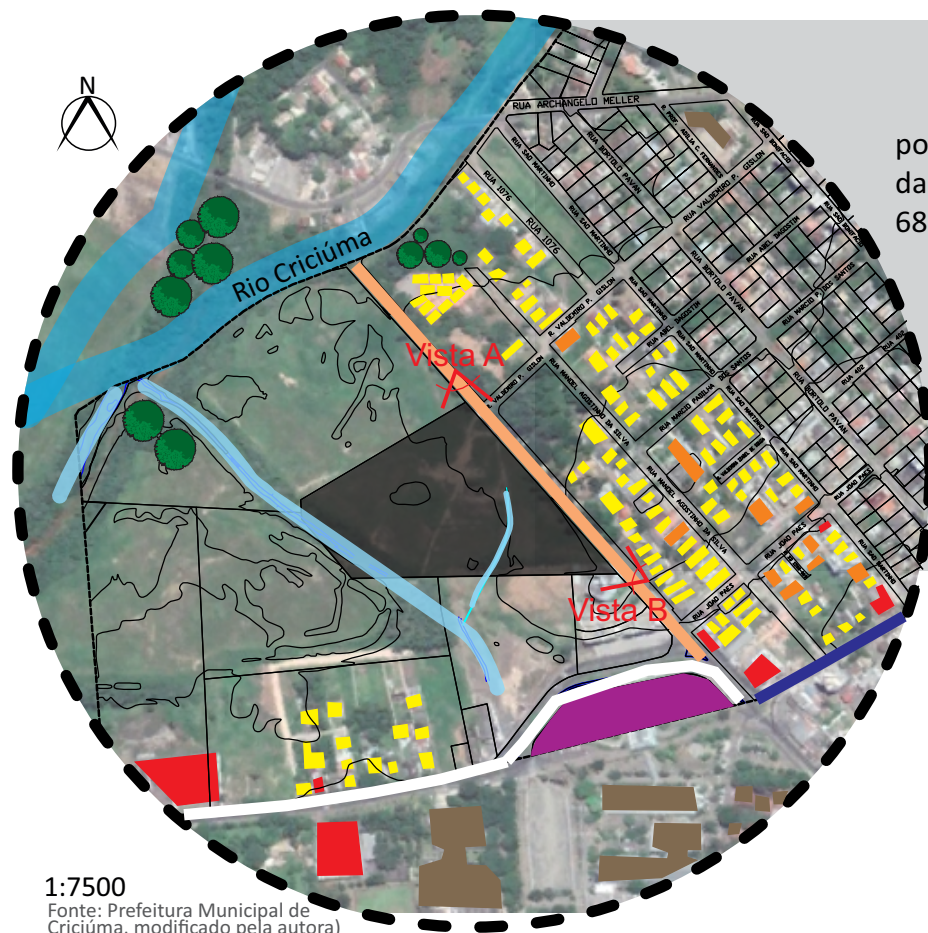
MAPA DO BAIRRO SANTA AUGUSTA

Localização do terreno

Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, modificado pela autora)

1:7500





POPULAÇÃO DO BAIRRO

De acordo com o IBGE censo de 2010, o bairro Santa Augusta possui uma população de 2.707 habitantes, destes 40.5% são mulher e 54,5 homens. E 79,1% da população total do bairro possui uma faixa etária entre 15 e 64 anos, e desde 68% são jovens. E uma média de moradores por domicílio de 2,9.

ENTORNO

O Bairro possui a predominância de uso residencial unifamiliar, com alguns edifícios multifamiliares possuindo comércio ao longo da Rua Imigrante Muller e Av. Universitária. Além disso, nos fundos e lateral do terreno escolhido possui um grande vazio, devido a presença de cursos de água.

■ Unifamiliar ■ Multifamiliar ■ Av. universitária ■ R. Imigrante Muller
■ Comércio ■ Terminal ■ Terreno ■ R. Irmão Walmir Orsi ■ Educacional

Figura 33 - Vista do lote



Fonte: Google Maps

Figura 34 - Vista do lote



Fonte: Google Maps

POR QUE NO BAIRRO SANTA AUGUSTA?

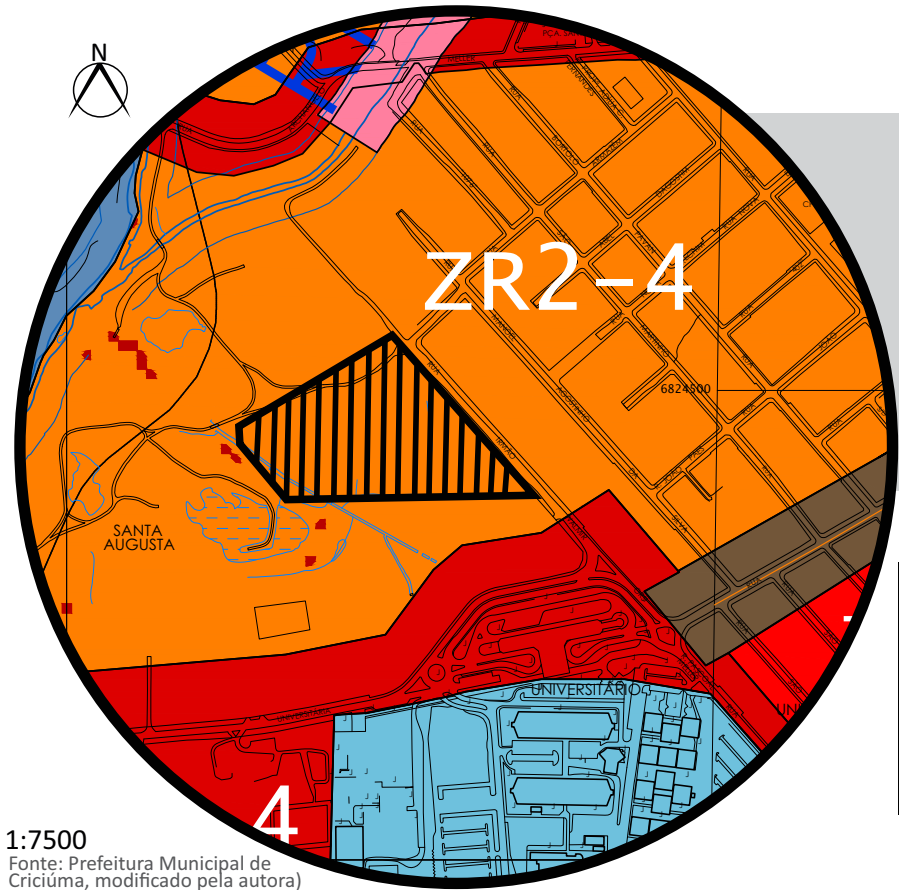
Tendo como objetivo inserir o Edifício efetivamente no cotidiano urbano, para adquirir um tratamento penal pautado pela aproximação com a sociedade, foi encolhido um bairro de caráter residencial, que já convive com equipamentos de segurança pública, como a Delegacia de Polícia Civil e do Presídio Santa Augusta

Em função disto a implantação da APAC deve tornar-se de mais fácil aceitação, por partes dos moradores. Motivo pelo qual o bairro Santa Augusta foi escolhido, pois a população local já esta familiarizada com o estabelecimento penal, e a dinâmica o mesmo trazem ao bairro.

Além disso, o bairro está situado próximo ao terminal do Pinheirinho, o que facilita o acesso dos familiares ao transporte coletivo.

PARTIDO ARQUITETÔNICO

CONTEXTUALIZAÇÃO URBANA



1:7500
Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, modificado pela autora)

ZONEAMENTO

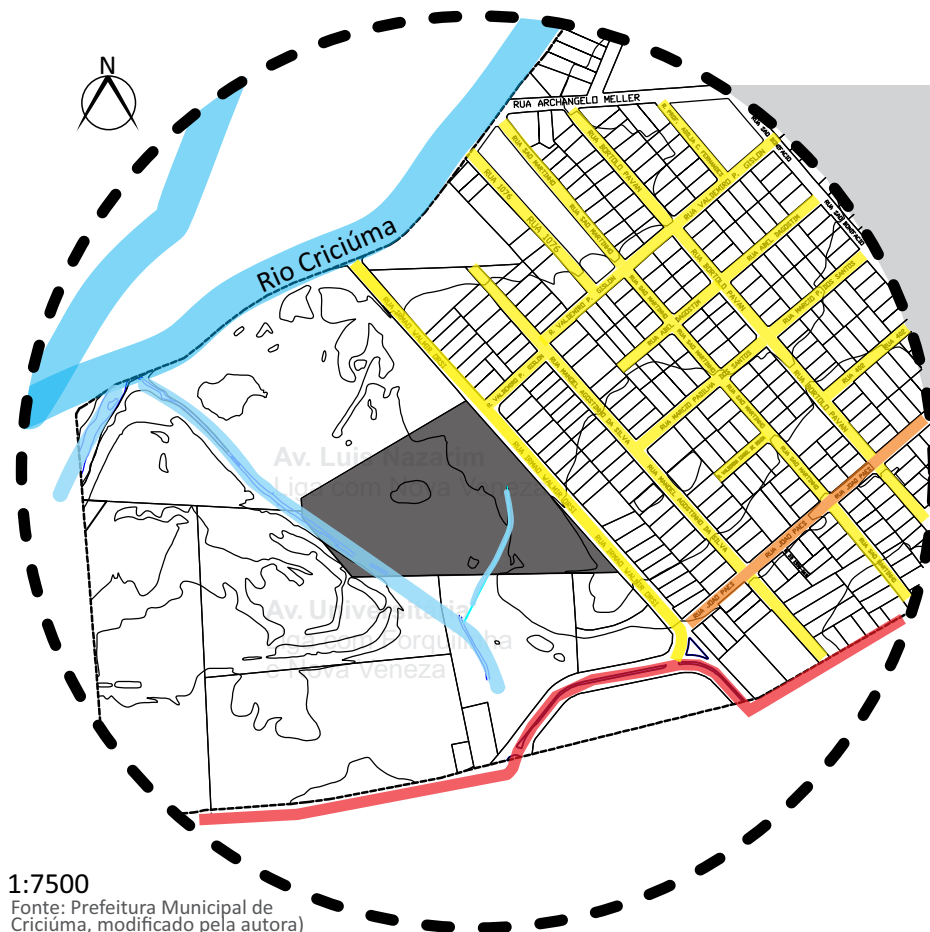
O terreno está situado na ZR2-4 9 (zona residencial 2), conforme o mapa de zoneamento do plano diretor da cidade de Criciúma. Os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo são divididos em: permitido, permissível e proibido. De acordo com essa classificação de atividades de uso, a Associação se classifica, nas atividades comunitárias (C3-9a).

- Áreas de interesse (ZE)
- Zona residencial 2 (ZR 2)
- Zona residencial 3 (ZR 3)
- Zona Central 3 (ZC 3)
- Zona especial de interesse social (ZEIS)

ÍNDICE DE APROVEITAMENTO		TAXA DE OCUPAÇÃO (%)		TAXA DE INFILTRAÇÃO (%)		NÚMERO DE PAVIMENTOS	AFASTAMENTO (m)		
BÁSICO	MÁXIMO	BÁSICO	MÁXIMO	BÁSICO	MÍNIMO		RECUO FRONTAL	EMBAS.	TORRE
2,00	3,00 (1) 2,50 (2)	50	E=60 (1)(46); T=50	25	20(41)	4+2 (1) (2) (44)	4,00	>=1,50 p/H <= 6,50	H/4 >=1,50
LOTE MÍNIMO:		360,00 m²	LOTE MÁXIMO:		10.000,00 m² (44)	VALOR OUTORGA	5% Do CUB2006/SC por m²		
USO PERMITIDO				USO PERMISSÍVEL			USO PROIBIDO		
-HU; -HCH; -HCV; -C1; -C2(13); -C3(9a) - CSVB(10a).				-C4 ; -In; -CSS; -I1.			-Todos demais Usos.		

POR QUE ESSE TERRENO?

Foram critérios para a escolha do terreno: a área, o zoneamento, aproximação com o transporte coletivo e a possibilidade da implantação de um espaço público. Entre os vazios existentes no bairro Santa Augusta, o terreno escolhido atendeu os critérios necessários para a implantação da APAC.



HIERARQUIA VIÁRIA

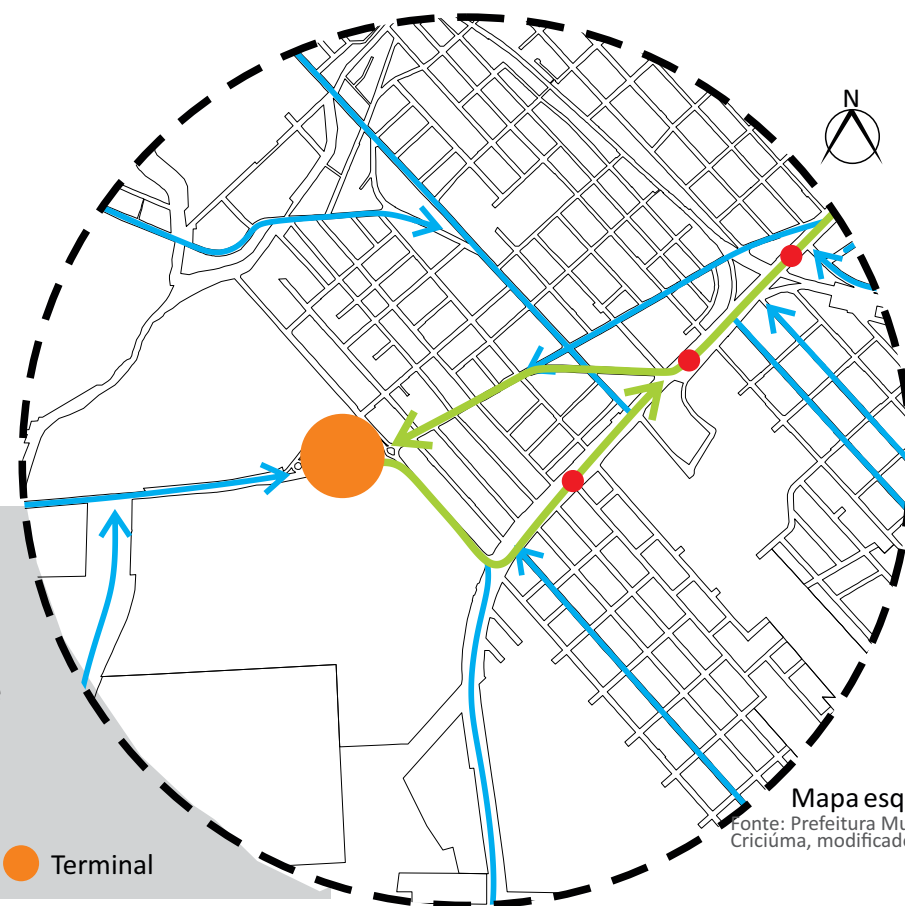
O terreno está situado em uma via local, possuindo próxima a Av. Universitária como uma via arterial e a rua João Paes como coletora.

■ Vias Locais ■ Vias Coletoras ■ Vias Arteriais

TRANSPORTE COLETIVO

O recorte se localiza próximo ao terminal do pinheirinho, aproximadamente 400m de distância. O transporte coletivo possui uma grande importância para facilitar o acesso ao equipamento, garantindo assim a acessibilidade da família.

● Parada de ônibus ↔ Linhas coletoras ↔ Linha Troncal (amarelinho) ● Terminal



Mapa esquemático

Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma, modificado pela autora)



PARTIDO ARQUITETÔNICO

CONTEXTUALIZAÇÃO



O QUE É?

Uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Criciúma – SC.

O QUE POSSUI?

Áreas de convivência e de uso comum, alojamentos, espaços educacionais, espaços administrativos, espaço para atendimento e local destinados a prática laboral.

QUEM FINANCIA?

Associação sem fins lucrativos, mantidas por vários setores da sociedade, caráter intersetorial, não se trata de uma privatização do sistema, como visto por muitos, mas apenas de uma possibilidade de otimizar a recuperação do infrator por meios mais racionais e em estrita observância ao ordenamento jurídico nacional.

QUEM SÃO OS USUÁRIOS?

(Re)educandos do regime fechado e semiaberto, da Penitenciária Sul, em Criciúma – SC.

QUAIS ATIVIDADES PRESTADAS?

Presta atividades educativas e oportunidade de trabalho ao reeducando.

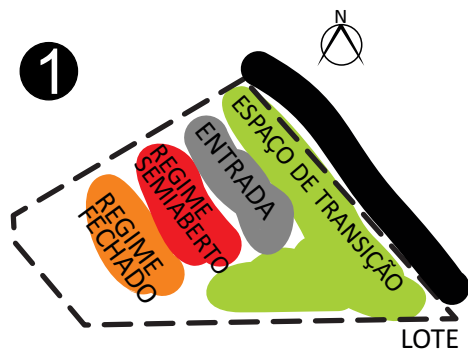
APAC

A face humana da prisão

PARTIDO ARQUITETÔNICO

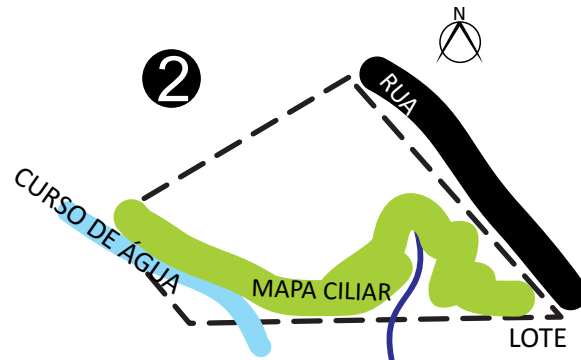
DIRETRIZES E AÇÕES DE PROJETO

DIRETRIZES DE PROJETO	AÇÕES DE PROJETO
1. Projetar uma APAC que corresponda estudos realizados;	1. Adaptar os espaços necessário para funcionamento da APAC de acordo com os fluxos internos considerando cada regime, de forma independente.
2. Respeitar os condicionantes físicos do terreno escolhido;	2. Recompôr a mata ciliar ao longo dos cursos de água existentes no terreno.
3. Promover a integração entre a APAC e o bairro, através de espaços compartilhados;	3. Projetar uma praça que faça a integração, para ser compartilhada com a famílias dos recuperandos, bem como da comunidade local;
4. Trabalhar com o conforto ambiental (iluminação e ventilação);	4. Promover uma edificação que utilize a ventilação natural e o máximo aproveitamento da luz natural
5. Respeitar as diretrizes básicas da arquitetura penal;	5. Propor ambientes de acordo com todos os condicionantes legais.
6. Criar espaços independentes de acordo com os regimes de pena ;	6. Pulverizar os pátios internos e os demais ambientes de forma a criar independência funcional para os diferentes regimes.



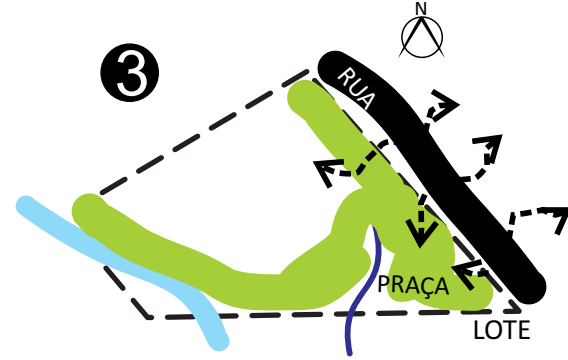
Progressão do regime fechado para o regime semi-aberto como abertura para maiores responsabilidades, possibilidades de movimento, apropriação e organização de atividades cotidianas.

Descobrir como a arquitetura pode garantir a valorização das individualidades. E promover a segurança a partir do convívio entre presos e os voluntários.



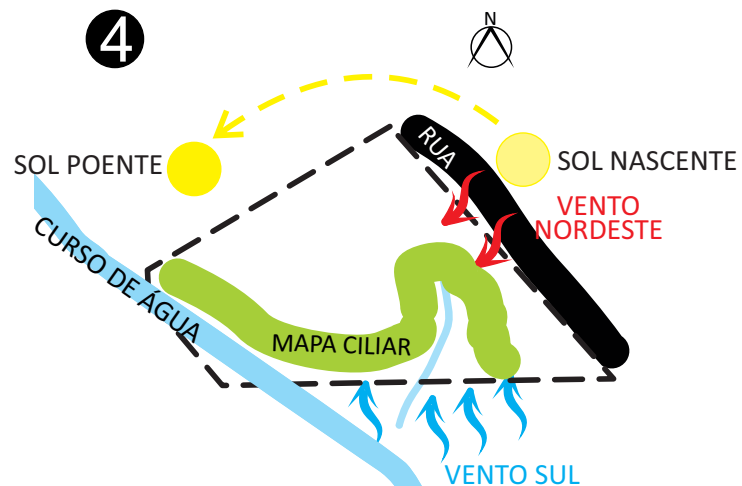
Aproveitamento da mata ciliar (30m) para criação de uma praça, que irá fazer a transição entre o edifício projetado e o bairro Santa Augusta.

Além disso, a vegetação atenua o impacto do edifício na paisagem urbana.



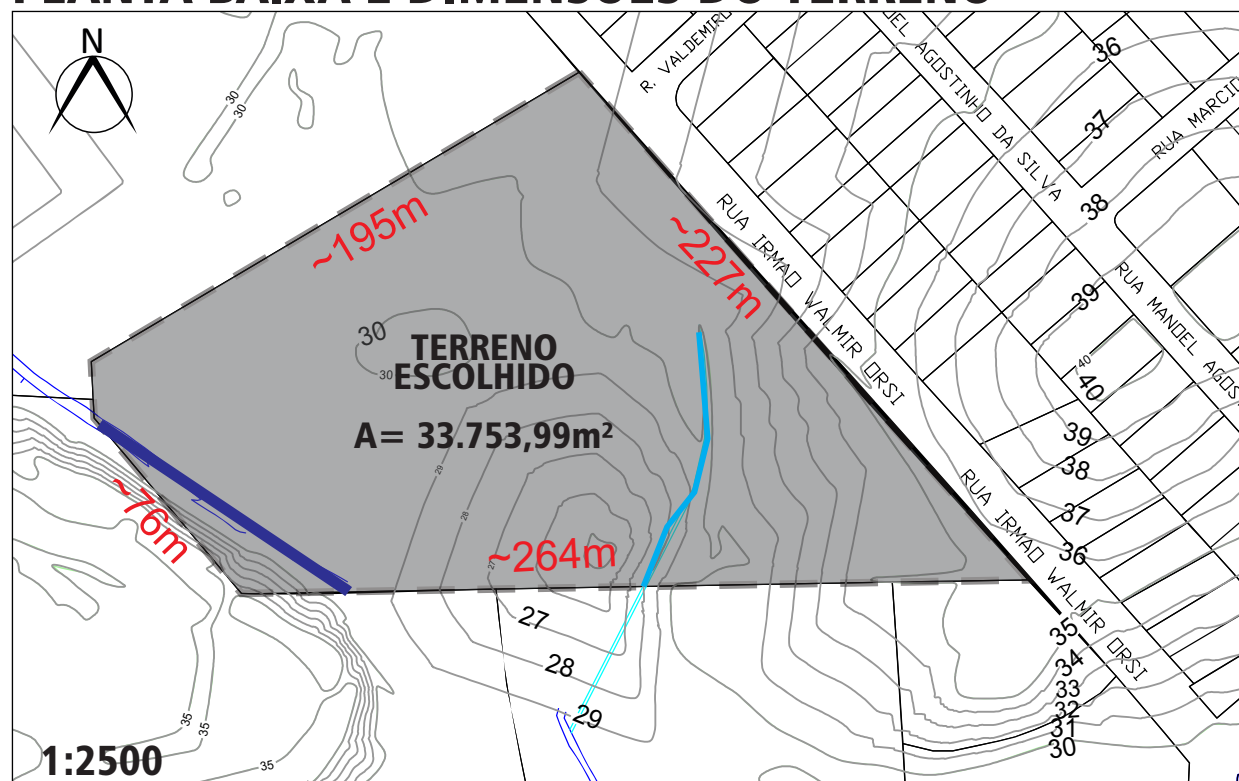
Organização do edifício prisional a partir das possibilidades de criação de áreas públicas, de modo a promover uma maior interação entre comunidade e instituição. O que funcionaria como uma extensão da infra-estrutura física do estabelecimento, cedendo à comunidade novos espaços.

4

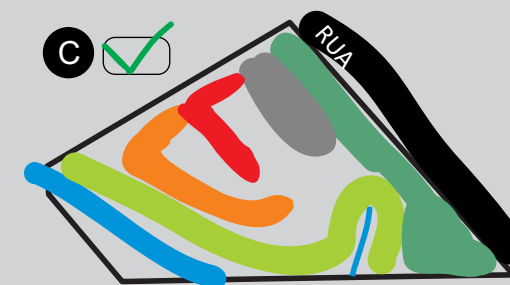


O vento nordeste atravessa todo o terreno e o vento sul é barrado pela mata auxiliar. Recebe orientação solar durante todo o dia.

PLANTA BAIXA E DIMENSÕES DO TERRENO



ESTUDO DE ZONEAMENTO



- Mata ciliar
- Cursos de água
- Espaço público
- Entrada
- Regime semiaberto
- Regime fechado

PARTIDO ARQUITETÔNICO

RECOMENDAÇÕES E PROGRAMA DE NECESSIDADES

Acesso	Ambiente	m ²
	Recepção	15m ²

ADM	Ambiente	m ²
	Sala da direção (1)	25m ²
	Sala da direção (2)	25m ²
	Secretaria	15m ²
	Sala de reuniões	30m ²
	Copa	10m ²
	Sanitários	18m ²
	Serviço/limpeza	8m ²

ATD. FAMÍLIA	Ambiente	m ²
	Recepção	15m ²
	Sala de atendim. 1	20m ²
	Sala de atendim. 2	20m ²
	Sala de atendim. 3	20m ²
	Assistência social	30m ²
	Copa	10m ²
	Sanitários	18m ²
	Serviço/limpeza	8m ²
	Sala de espera	35m ²
	Brinquedoteca	15m ²

ATD. JURÍDICO	Ambiente	m ²
	Sala de atendim. 1	20m ²
	Sala de atendim. 2	20m ²
	Lavabo	8m ²

EDUCAÇÃO	Ambiente	m ²
	Salas de aula	30m ²
	Sala Multiuso	45m ²
	Banheiros	18m ²

ATD. SOCIAL	Ambiente	m ²
	Sala de atendim. 1	20m ²
	Sala de atendim. 2	20m ²
	Lavabo	8m ²

VISITA ÍNTIMA	Ambiente	m ²
	Quartos	20m ²
	Banheiros	12m ²

ESPAÇO DE LAZER	Ambiente	m ²
	Pátio interno	250m ²
	Horta	20m ²
	Oficina	60m ²

ATD. MÉDICO	Ambiente	m ²
	Cozinha	30m ²
	Refeitório	45m ²

ESPAÇO RELIGIOSO	Ambiente	m ²
	Espaço religioso	20m ²

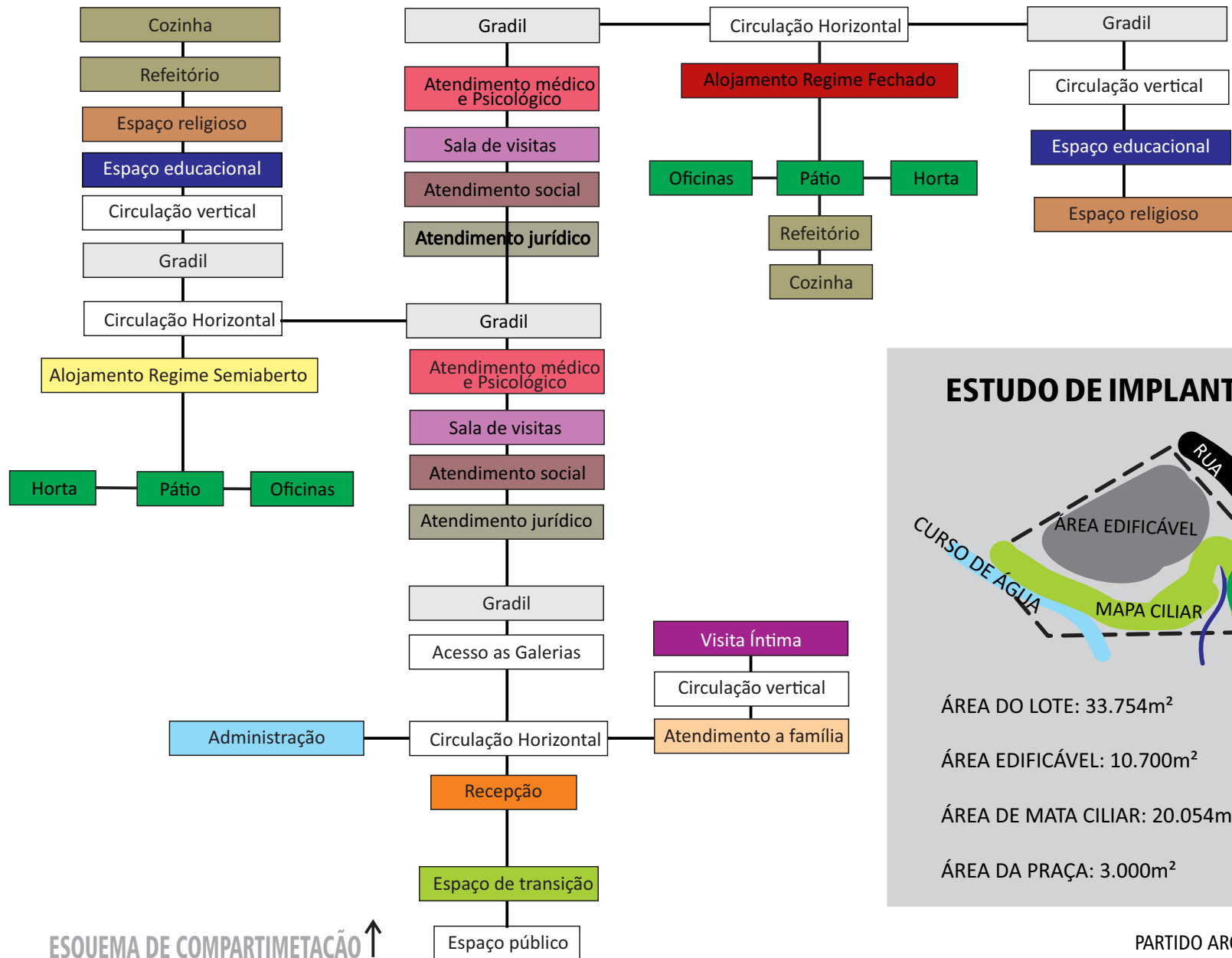
ATD. MÉDICO	Ambiente	m ²
	Sala de atendim. 1	20m ²
	Sala de atendim. 2	20m ²

SALA DE VISITAS	Ambiente	m ²
	Sala de convívio	40m ²
	Espaço infantil	15m ²
	Banheiros	18m ²

ALOJAMENTO REGIME SEMIABERTO	Ambiente	m ²
	Celas (4 leitos)	18m ²
	Banheiros	8m ²

ALOJAMENTO REGIME FECHADO	Ambiente	m ²
	Celas (4 leitos)	18m ²
	Banheiros	8m ²

ESQUEMA DE COMPARTIMENTAÇÃO



ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO



ÁREA DO LOTE: 33.754m²

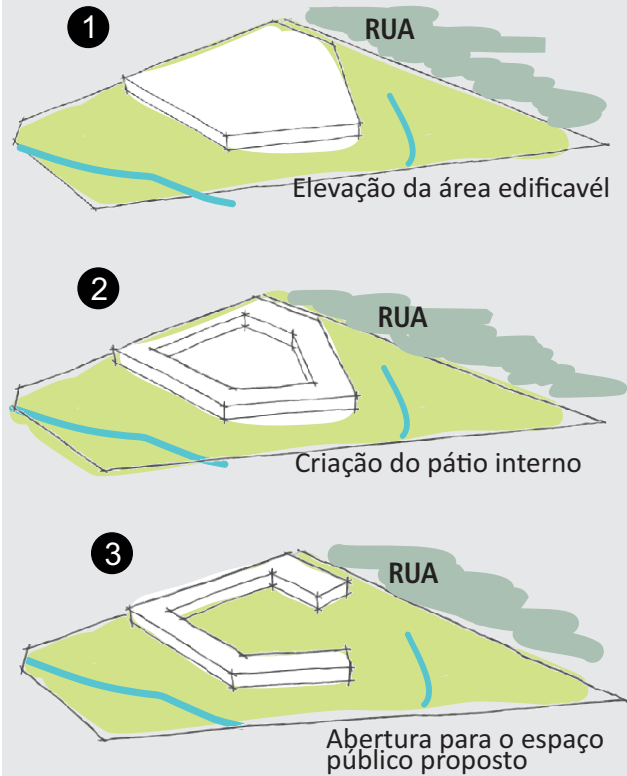
ÁREA EDIFICÁVEL: 10.700m²

ÁREA DE MATA CILIAR: 20.054m²

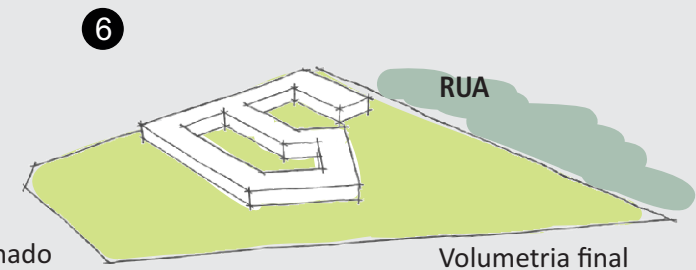
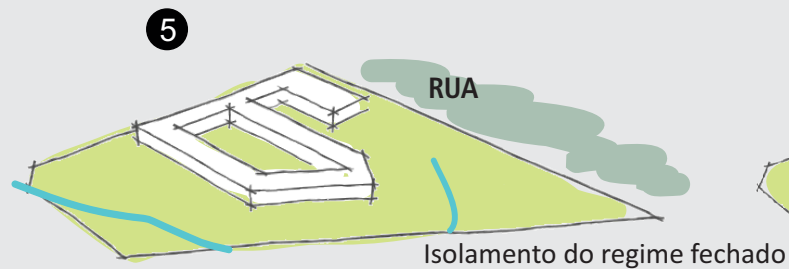
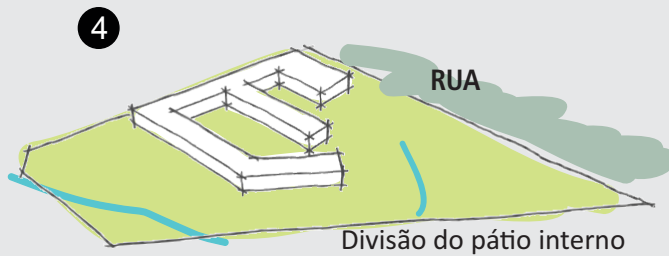
ÁREA DA PRAÇA: 3.000m²

PARTIDO ARQUITETÔNICO

EVOLUÇÃO DA VOLUMETRIA



SETORIZAÇÃO DOS REGIMES





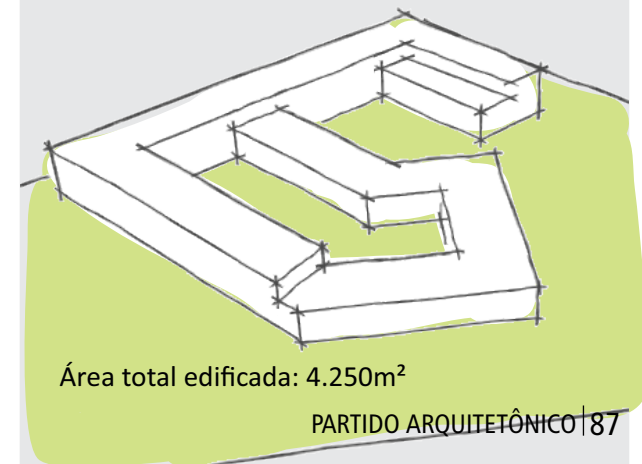
PLANTA BAIXA - TÉRREO

- 1. Atendimento a família
 - 2. Administração
 - 3. Atendimento jurídico
 - 4. Atendimento social
 - 5. Sala de visita
 - 6. Atendimento médico
 - 7. Alojamento do regime semiaberto
 - 8. Alojamento do regime fechado
 - 9. Oficinas
 - 10. Horta
 - 11. Cozinha
 - 12. Refeitório
- Circulação horizontal geral
 - Circulação horizontal regime semiaberto
 - Circulação horizontal regime fechado
 - Circulação vertical
 - 1. Pátio interno - regime semiaberto
 - 2. Pátio interno - regime fechado



PLANTA BAIXA - 2º Pav.

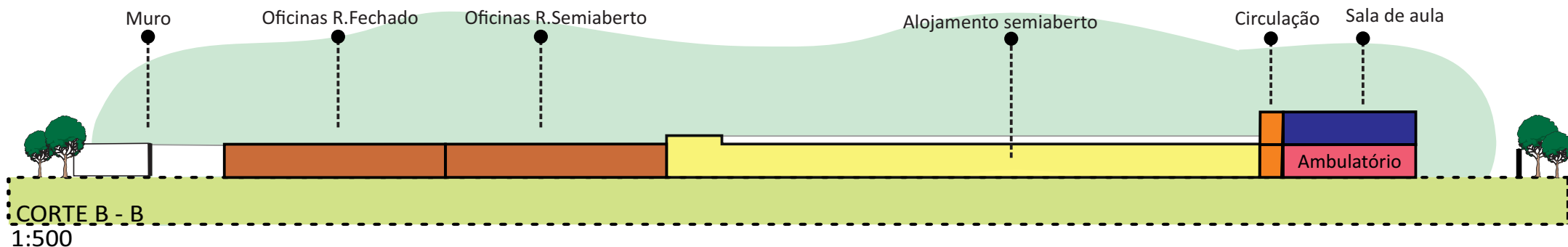
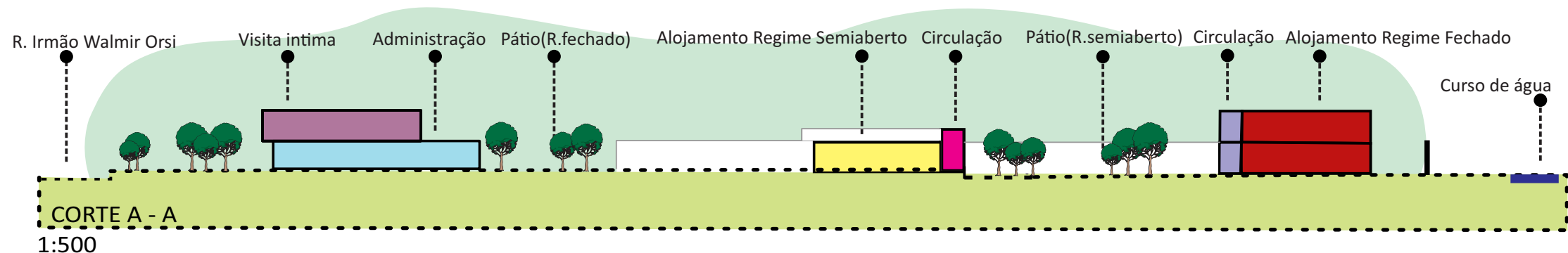
- 13. Visita íntima
- 14. Salas de aula
- 15. Espaço religioso



Área total edificada: 4.250m²

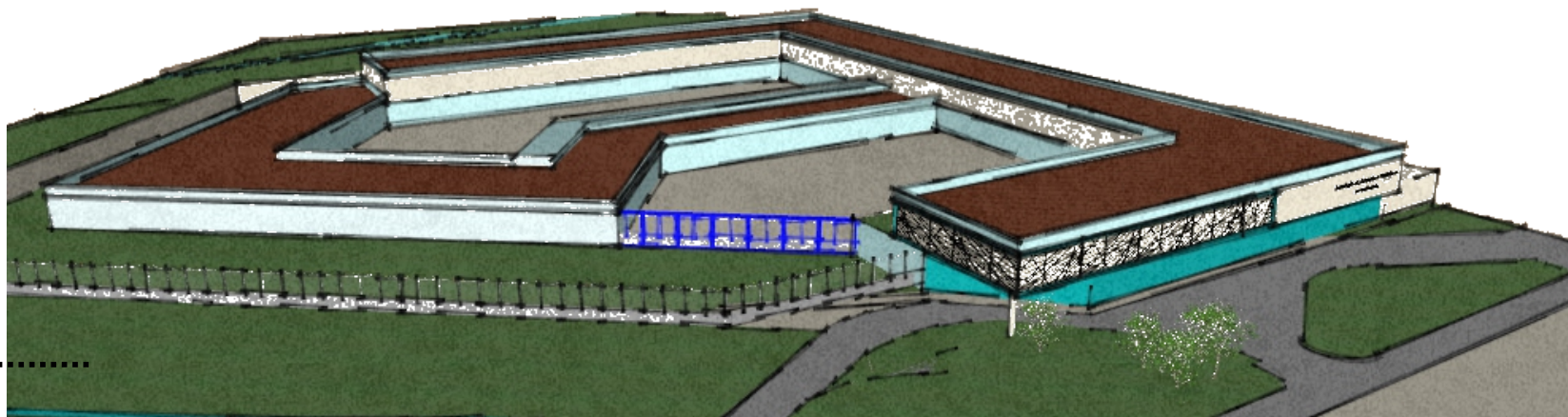
PARTIDO ARQUITETÔNICO

SETORIZAÇÃO EM CORTES

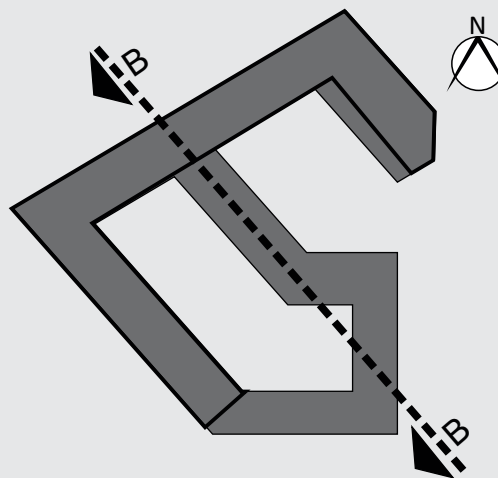
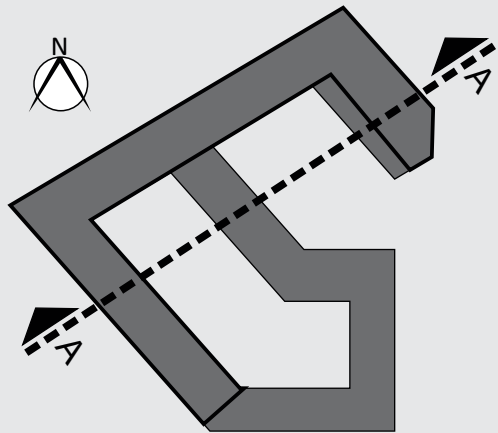


PERSPECTIVAS

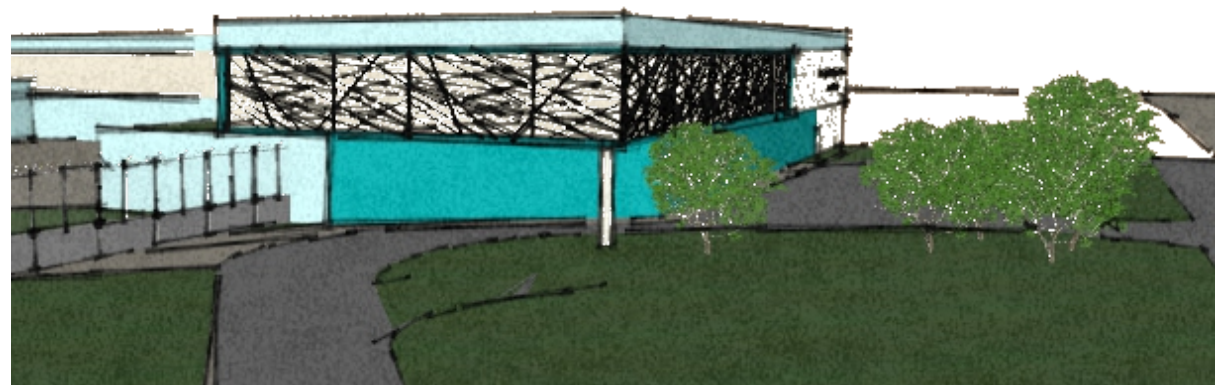
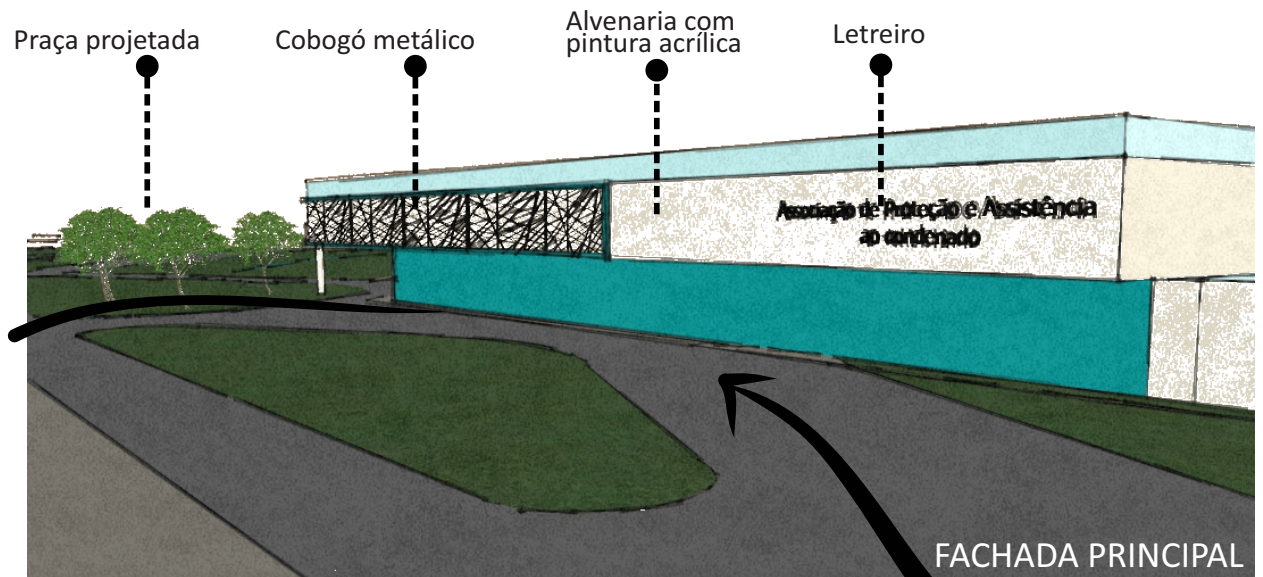
A praça projetada trará a população do bairro equipamentos, como uma academia e uma parquinho infantil.



INDICAÇÃO DOS CORTES



MATERIALIDADE



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo o estudo para a implantação de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Criciúma - SC, frente a uma problemática existente em relação a situação do sistema prisional no Brasil. Conclui-se a partir da fundamentação teórica que existe uma necessidade de mudar o atual sistema prisional, que está falido. Necessário de fazer implantar novas práticas e métodos. Assim, a APAC, como o monitoramento eletrônico, as penas restritivas de direitos e outras modalidades alternativas atendem a um público específico e, em nenhuma destas espécies reside, sozinha, a solução para o sistema carcerário. Não há um remédio único para as dificuldades do sistema penitenciário, mas a conjugação de forças, para que o sistema prisional cumpra a sua função.

Acrescenta-se a necessidade de refletir sobre a função social dos espaços penais, para que a partir daí, se possa avaliar como projetar unidades que sejam voltadas efetivamente ao cumprimento da lei, objetivando atingir o pleno desenvolvimento das funções dos estabelecimentos penais, qual seja: Punir e (Re)socializar.

É sabido que o espaço arquitetônico não pode ser o único elemento responsável pelo ideal índice de (re)socialização, não se configurando na solução milagrosa dos problemas, mas na discussão de prováveis equívocos.

Este trabalho foi de grande importância para minha formação acadêmica, tanto com a forma de conhecimento e aprofundamento no tema escolhido, como para crescimento pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, F. M. **O Edifício Inimigo: A Arquitetura De Estabelecimentos Penais No Brasil**. Belo Horizonte – UFMG, 2002. Disponível em
- www.mabarquitetura.files.wordpress.com/2013/09/agostini-flavio-o-edificio-inimigo.pdf. Acesso em Março/2019.
- BARRETO, M. L. Depois das Grades: um Reflexo da Cultura Prisional em Indivíduos Libertos. **PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2006.
- BRASIL, **Código Penal**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em Março/2019.
- BRASIL, Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Dados Regionais sobre o Sistema Penitenciário**. Disponível em <www.cnj.gov.br>. Acesso em Março/2019.
- BRASIL, Secretaria de Estado da justiça e cidadania. **DEAP – Departamento de Administração prisional**. Disponível em <
- <http://www.deap.sc.gov.br/>>. Acesso em Março/2019.
- BRASIL, **Lei de Execução Penal (LEP)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em Abril/2019.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Integrado de informações penitenciárias (INFOPEN)**. 2011.
- Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnppc>>. Acesso em Abril/2019.
- BRASIL, Ministério da Justiça. **Diretrizes Básicas para a Arquitetura Prisional**. Brasília, DF, 2011.
- CORDEIRO, Suzann. **De perto e de dentro: a relação entre o indivíduo encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário através de lentes de aproximação**. Edufal: Maceió – Al, 2009.
- CORDEIRO, Suzann. **Até quando faremos relicários? A função social do espaço penitenciário**. 2º edição. Edufal: Maceió – Al, 2010.
- CRUCES, A. V. A situação das prisões no Brasil e o trabalho dos psicólogos nessas instituições: uma análise a partir de entrevistas com egressos e reincidentes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, 2010.
- CUNHA, A. L. **Excesso De Prazo Para Formação De Culpa No Processo Penal - As Conseqüências Jurídicas e Psicossociais para os Presos do Sistema Penitenciário do Pará**. Monografia. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, Paraná, 2003. Disponível em
- www.depen.pr.gov.br/.../monografia_andre. Acesso em Março/2019.

- ESTECA, A.C.P **Arquitetura Penitenciária no Brasil**: análises das relações entre a arquitetura e o modelo jurídico penal. UNB. Brasília – DF, 2010.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MIOTTO, A. B. **Temas Penitenciários**. São Paulo: RT, 1992.
- MIRABETE, J.F. **Manual do Direito Penal**: Parte Geral. São Paulo, Atlas, 2002.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2011.
- SUN, É. W. **Arquitetura Prisional em Contexto**: Uma Reflexão sobre as Interações que regem as decisões em um Projeto de Arquitetura de Estabelecimentos Penais. Brasília, DF: UNB - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação, 2002.
- VIANA, L. Q. **A Contribuição Da Arquitetura Na Concepção De Edificações Penais No Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ. 2009.